

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

SÍLVIO CESAR MASQUIETTO

**HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E PODER: ANÁLISE DO DISCURSO
POLÍTICO DE ANTÔNIO PALOCCI EXPOSTO À MUDIATIZAÇÃO**

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

SÍLVIO CESAR MASQUIETTO

**HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E PODER: ANÁLISE DO DISCURSO
POLÍTICO DE ANTÔNIO PALOCCI EXPOSTO À MUDIATIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Pública
Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori.

**CAMPO MOURÃO – PR
2023**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Masquietto, Sílvio Cesar
HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA E PODER: ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO DE ANTÔNIO PALOCCI EXPOSTO À MEDIATIZAÇÃO / Sílvio Cesar Masquietto. -- Campo Mourão-PR, 2023.
66 f.

Orientador: Ângelo Aparecido Priori.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2023.

1. História Pública. 2. Poder. 3. Discurso político. I - Priori, Ângelo Aparecido (orient). II - Título.

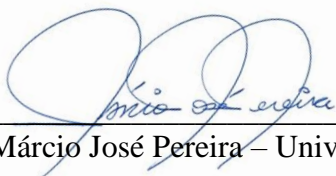
SÍLVIO CESAR MASQUETTO

**HISTÓRIA PÚBLICA E PODER:
ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO EXPOSTO À MUDIATIZAÇÃO**


BANCA EXAMINADORA



Dr. Angelo Aparecido Priori (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História Pública/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Márcio José Pereira – Universidade Estadual do Paraná – Unespar

 Documento assinado digitalmente
LEANDRO BRUNELO
Data: 09/03/2023 16:30:43 -0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dr. Leandro Brunelo – Universidade Estadual de Maringá – UEM

Data de Aprovação

09/03/2023

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

A última flor do lácio, de tão desconhecida e obscura, se torna fonte de tantas possibilidades, que o artista que se põe a manipulá-la pode flutuar entre o prazer do lúdico e deleite do conhecimento. Tu és assim, querida Simone Maria Martins, a poeta que lapida a bruta palavra, a professora que apura o saber. Que suas poesias continuem doces como sua sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho João Pedro, por lhe privar em alguns momentos nossa convivência, principalmente na fase linda de desenvolvimento de uma criança, que nos foge tão rápido aos olhos e que se eternizam em nossas memórias. Por vezes, furtei meus olhares aos seus sorrisos para debruçar-me sobre leituras e escritas.

Ao meu filho Gustavo, pelo que não vivemos, mas que em meus pensamentos sempre foram sonhos que desejava viver.

A minha Mãe, Pai (*in memoriam*) e irmãos, que sempre se puseram a me aplaudir, mesmo quando não havia plateia.

Ao Professor Angelo Priori, de quem me tornei admirador ainda na graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), tornou-se minha base de estudos e pesquisas na Especialização em História das Revoluções e Movimentos Sociais também na UEM e me concedeu o privilégio de ser meu orientador no Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Aos professores Leandro Brunelo e Marcio José Pereira, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora e pelo brilhantismo profissional com o qual atuaram.

Ao Professor Fábio André Hahn, cujo apoio se tornou fundamental para superação dos obstáculos.

Ao Professor Ricardo Marques de Mello, pelas críticas construtivas, duras, mas fundamentais para o crescimento e amadurecimento da pesquisa.

Aos colegas discentes Fernando Fonseca de Melo, Talita de Kásia da Silva Ferraz, Diogo Pinheiro Alves Gouvea e Letícia Grockotzki Goularte, pelo companheirismo, digno de uma classe proletariada.

A todos pesquisadores de História, Análise de Discurso e demais disciplinas das Ciências Humanas, que se dedicam arduamente para produzir conhecimento, colocando-o a disposição de todos, somando para novas pesquisas e tornando capaz que novas perguntas sejam sempre passíveis de novas respostas.

A Deus, por ter me dado forças para superar mais esse desafio.

“Por meio da combinação ampla do que se sabe, por meio da comparação de cada verdade com todas as outras, que uma pessoa se apropria de seu próprio saber e o domina”

(Schopenhauer)

RESUMO

MASQUIETTO, Sílvio Cesar. **História Pública e Poder: análise do discurso político exposto à midiáticação**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, ano.

Os discursos políticos permitem diversas possibilidades de análises científicas. Boa parte do que chega ao grande público é fruto do imediatismo midiático comum aos noticiários de divulgação. Diante disso, a finalidade da presente pesquisa é apresentar uma proposta de análise no campo de História Pública, com base nos estudos de Análise do Discurso, da Carta de Antônio Palocci enviada ao Partido dos Trabalhadores. O documento, que faz parte da história política brasileira, contém posicionamentos do sujeito histórico que indicam mais uma finalidade conciliatória do que de rompimento partidário, conforme foi divulgado pelos canais da imprensa no dia em que foi publicada. Infelizmente, não foi possível verificar a presença opinativa-científica de historiadores no ato da exposição do documento, tampouco nos dias subsequentes. Assim, cabe demonstrar como é possível promover a verificação do documento, unindo os estudos históricos e Análise do Discurso, para fornecer uma opinião diferente à exposta pela mídia. Para tanto, a escolha do percurso metodológico busca como principais referências Ansart (2019), Teles (2017), Orlandi (2015) e Grigoletto (2005), para subsidiar as categorias de análise de estudo da pesquisa.

Palavras-chave: História Pública. Poder. Discurso político.

ABSTRACT

Political speeches allow for various possibilities of scientific analysis. Much of what reaches the general public is the result of the media's immediacy commonly found in news broadcasts. Given this, the purpose of this research is to present a proposal for analysis in the field of Public History, based on Discourse Analysis studies, of Antonio Palocci's letter sent to the Workers' Party. The document, which is part of Brazilian political history, contains positions of the historical subject that indicate more of a conciliatory purpose than a partisan break, as was reported by the press channels on the day it was published. Unfortunately, it was not possible to verify the presence of scientific opinions from historians at the time of the document's exposition, nor in the subsequent days. Thus, it is necessary to demonstrate how it is possible to promote the verification of the document, combining historical studies and Discourse Analysis, to provide a different opinion than that exposed by the media. To this end, the choice of the methodological path seeks as main references Ansart (2019), Teles (2017), Orlandi (2015), and Grigoletto (2005), to support the categories of analysis in the research study.

Key-Words: Public History. Power. Political speech.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD Análise do Discurso
- CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- FD Formação Discursiva
- FIES Financiamento Privado à Educação Superior
- HP História Pública
- PD Procedimento Disciplinar
- PT Partido dos Trabalhadores
- STF Supremo Tribunal Federal
- STJ Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: HISTÓRIA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DOS HISTORIADORES NO DEBATE PÚBLICO SOBRE QUESTÕES DO PRESENTE	24
1.1 Carta de Antônio Palocci ao PT e a importância como documento de análise histórica sob a óptica da Análise do Discurso	28
CAPÍTULO 2: HISTÓRIA PÚBLICA, ANÁLISE DO DISCURSO E A QUESTÃO DO TEMPO	33
2.1 Aspectos sócio-históricos que circunscreveram a origem do documento	37
2.2 A Carta de Antônio Palocci: discurso, memória e poder	40
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DA CARTA DE ANTÔNIO PALOCCI	44
3.1 Análise do Discurso da Carta de Antônio Palocci.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
FONTES	58
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	66

INTRODUÇÃO

A história política brasileira viveu um período conturbado em seu passado recente, pois, no ano de 2014 se deu início a Operação Lava Jato, que investigava crimes decorrentes de corrupção com verbas públicas. O nome dado a ação pelos órgãos policiais foi em razão da descoberta que o dinheiro obtido ilicitamente era legalizado por meio de postos de combustíveis e lava jato de veículos. Apesar de constar registros das investigações em anos anteriores, em 2014 que são deflagradas as primeiras incursões da operação, perdurando as atividades até o ano de 2021, quando a força tarefa foi dissolvida.

Chama atenção nesse período a forma como os envolvidos buscavam recorrentemente tornar cada evento ligado a operação um espetáculo. A cada operação policial ou fase judicial, as autoridades acionavam os meios de comunicação para divulgar os fatos; envolvidos que se encontravam investigados por algum ilícito penal, recorriam à imprensa para justificar ou negar os indícios que lhes eram imputados; os efetivamente denunciados pela justiça, buscavam de alguma forma manter contato com o público para minimizar os efeitos negativos que as denúncias causavam as suas imagens. Afora a espetacularização de tudo, inicia-se a utilização desenfreada do instituto da colaboração premiada, uma previsão no ordenamento jurídico brasileiro que concede alguns benefícios judiciais para quem colaborar com a justiça. Assim, boa parte dos acusados se valeram dessa benesse legal para reduzir as penalidades impostas.

Nessa conjuntura, surge um personagem específico, Antônio Palocci, um devotado filiado do Partido dos Trabalhadores (PT). Quando alcançado pela Operação Lava Jato, Palocci foi preso e, de dentro do cárcere, firmou também acordo de delação, relatando à Justiça Federal inúmeros crimes cometidos durante a gestão petista, em especial, os praticados por Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)¹. A direção do PT, ao tomar conhecimento do acordo entre Palocci e a Justiça, instaura um Procedimento Disciplinar (PD) para apurar a conduta do filiado, impondo-lhe desde já uma penalidade de suspensão. Diante da ação do partido, Palocci escreve uma carta em 26 de setembro de 2017. O documento, inicialmente manuscrito e posterior digitalizado

¹ Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil de 2003-2006, após ser reeleito, continuou na presidência entre 2007-2010, conforme consta na biografia da Biblioteca da Presidência da República. Em 2022 se candidatou novamente ao cargo de Presidente da República e foi eleito com 50,9% dos votos válidos para a gestão do país pelo período de 2023-2026, segundo divulgação no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (BRASIL, 2022d). As informações contidas nessa pesquisa que envolvem as acusações de crimes investigados pela Operação Lava Jato, são relacionadas com as duas primeiras administrações de Lula frente ao governo do Brasil, ou seja, o período compreendido entre 2003-2010. Assim, toda citação do nome de Luiz Inácio Lula da Silva, ou da alcunha Lula, acompanhadas da expressão “ex-presidente”, faz referência aos dois primeiros mandatos de Presidente da República, que abrangem os anos compreendidos entre 2003-2010.

pelos advogados de Palocci, além de ser encaminhado ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, também foi entregue à imprensa, ganhando grande notoriedade midiática.

O documento em questão assume destaque na história político-brasileira, pois, expôs desvios de conduta de um ex-presidente do Brasil, tudo sob a confissão de Palocci, que por anos ocupou cargos de confiança junto à gestão do PT frente ao governo brasileiro. Soma-se a isso o alcance que o documento atingiu nas mídias digitais, pois, após ser divulgado pela imprensa, foi replicado durante vários dias e, mesmo decorridos alguns anos após suas primeiras publicações, ainda é citada por páginas digitais de jornalismo.

Em razão da importância que a Carta de Palocci detém, cabe analisá-la historicamente sob a luz da Análise do Discurso (AD), para dar ao grande público uma opinião distinta daquelas divulgadas pela imprensa, qual seja, que o texto significava o rompimento definitivo de Palocci com o PT. Para tanto, é preciso contextualizar a conjuntura que envolve a criação do documento, apontar como a Formação Discursiva regula a manifestação do sujeito histórico e como o sujeito pode ocupar posições diferentes conforme os lugares de fala que se encontra em determinados momentos e circunstâncias históricas.

Apesar do lapso temporal entre a escrita/divulgação da Carta de Antônio Palocci e a presente pesquisa, um dos intentos é demonstrar a possibilidade de se abordar documentos com mesmo conteúdo e pertinência utilizando-se da História e da Análise do Discurso. Diante dessa proposta, a História Pública (HP) carrega em sua essência meios capazes de propiciar o diálogo entre resultados de pesquisas históricas e o público em geral; é a prática acadêmica colocada à disposição de audiências não restritas aos muros acadêmicos, uma proposta que nasceu através de Robert Kelley (1978) e que vem ganhando espaço desde sua criação.

É justo lembrar que as discussões em torno da disciplina História Pública são marcadas por polêmicas, uma vez que, há correntes que a receberam positivamente, também há àquelas que a criticaram, são questões expostas por Ricardo Santhiago (2018) e Jurandir Malerba (2014). O certo é que várias experiências de interlocuções de História com o grande público têm dado certo, a exemplo do trabalho de Pedro Telles da Silveira (2020), atuando em marketing político, o autor detalha como historiadores são capazes de produzir conteúdos de fácil absorção para consumidores de história. Na mesma linha de opinião, Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Teixeira (2019) descrevem como os produtos produzidos no âmbito historiográfico são avidamente consumidos, o que demonstra a importância de, além de produzir, realizar uma ponte para que chegue de forma “consumível” o conteúdo científico ao público leigo.

Esse meio de entrega merece especial atenção, principalmente pela forma como ocorreram mudanças nas últimas décadas na forma de acesso ao que é divulgado para o público. Se outrora a população recebia notícias por meio de impressos, agora quase tudo é disseminado no formato digital. Mesmo que ainda existam materiais físicos, há versões digitais. É o que Anita Lucchesi (2014) aponta como mudança de cultura alfabética para cultura digital, pois, há predileção tanto para quem divulga quanto para quem consome, sobretudo o público mais jovem que nasceu sob exposição da era digital.

A alteração decorrente da acelerada guinada tecnológica, fomentou, inclusive, mudanças na forma de propalar discursos, conforme descrevem Jean-Jacques Courtine e Carlos Piovezan (2015), acerca de como a fala pública sofreu variações ao longo dos séculos. Segundo os autores, o discurso alterou-se do diálogo presencial entre os interlocutores, para o distanciamento promovido pelos meios tecnológicos de comunicação. Isso exigiu mudanças nas técnicas e estratégias discursivas para aproximar as partes, as quais se encontram separadas fisicamente.

Embora os meios digitais oportunizaram uma expansão gigantesca de acesso a informação e da forma como se dá o interdiscurso, é preciso entender que parte do que se divulga nem sempre é composto de informações confiáveis. Em uma área como a História, na qual a construção de significados é (aceitavelmente) compartilhada, conforme discorre Bibiana Werle (2017) sobre o conceito de autoridade compartilhada de Michael Frisch e, de acordo com Santhiago (2019), que não é preciso uma formação específica para produzir história, é necessário estar atento e cercar-se de cautela, mormente em temas que envolvam política, por se tratar de um campo no qual os subterfúgios discursivos se valem das mais variadas estratégias. Logo, lançar-se nesse campo tão abrangente e aberto as possibilidades como são os meios digitais, não se resume apenas em querer alcançar o público, é preciso ter cuidado, em particular em relação aos métodos científicos, como bem expõe José D'Assunção Barros (2017), em relação as delimitações exigidas em pesquisas científicas.

Então, uma vez apontado que as regras de pesquisa são requisitos primordiais para se conduzir uma análise, vale, na sequência, suscitar os ensinamentos de Eni Puccinelli Orlandi (2015), de que as indagações ao objeto de estudo são de responsabilidade de quem se lança à pesquisa, ou seja, há na pesquisa científica a liberdade de escolha do que se vai manipular. E, ao se utilizar os conceitos de Análise do Discurso para manusear um objeto histórico, é importante discorrer acerca dos conceitos dessa disciplina, justamente pelo fato de que ela é constituída de terminologias específicas e de difícil compreensão, além daquelas homógrafas as outras áreas, contudo, com conceituação diferente. Por isso, as significações conceituais

apresentadas por Maria Cristina Leandro-Ferreira (2020) merecem ser trazidas à baila, para, com estudos de outros autores, explicar como se dá a materialização discursiva.

Logo, os estudos de Evandra Grigoletto (2005) se mostram de suma importância para desenvolver os sentidos dados aos termos utilizados. A autora aborda questões e funcionalidades do discurso, que tornam esclarecedoras as nomenclaturas menos conhecidas do público proveniente de áreas distintas à Análise do Discurso. No mesmo sentido, Elizabeth Fontoura Dorneles (2017) contribui para o entendimento distintivo da questão do “lugar” em AD, diferenciando-o da noção que recebe a partir do aspecto geográfico. Afora o uso de trabalhos de autores que se dedicam aos estudos em AD, tornando mais compreensíveis as teorias discursivas, é importante lembrar obras dos primeiros especialistas acerca do tema e que são referências basilares para demais pesquisadores, como é o caso de Michel Pêcheux (1995), que desenvolve uma reflexão crítica a partir da semântica discursiva a respeito da produção de conhecimentos científicos e questões envolvendo práticas políticas.

Especial atenção merecem as abordagens articulando AD e discurso político, uma vez que a formatação do simbólico político se dá por meio de propósitos e estratégias. Por isso se deve ter cuidado ao realizar a verificação, pois, não cabe uma análise com a finalidade de encontrar a verdade única, não é essa a prática que se propõe a Análise do Discurso enquanto disciplina, mas sim como se dá a materialização ideológica e a formação de sentidos que ocorrem entre os sujeitos discursivos. É a partir dessa perspectiva que se busca nos estudos de Tayson Ribeiro Teles (2017) a descrição de discurso político, dado que o autor faz apontamentos sobre o que é dito mesmo no não-dito. O autor cita a necessidade de se interpretar e analisar os signos aos quais se é exposto, como uma forma de entender motivações ligadas à manutenção e/ou alcance do poder.

Já para Welisson Marques (2013), os discursos políticos têm como característica a produção de efeitos de verdade, ou seja, a busca da legitimação do simbólico como forma de persuadir o outro. Contudo, lembra o autor, esse tipo de materialização não está restrito ao meio político, não sendo uma prática exclusiva ao que ele chama de “*homos politicus*” (MARQUES, 2013, p.437).

Os debates de Teles (2017) e Marques (2013) apontam para um ponto em comum como consecutivo dos discursos políticos: o poder. Teles (2017), inclusive, chega a afirmar que o poder é inato aos discursos políticos. Então, se por sua vez o conceito de poder, bem como sua importância assumem papel primordial, tanto na análise do documento histórico, quanto no simbólico discursivo, justo buscar guarida em Michel Foucault (2021), o qual afasta a condição

única em torno do conceito de poder, para revesti-lo a partir da capilaridade constitutiva, que pela concessão social de muitos (FOUCAULT, 2008), se formaria um poder maior.

Ocorre que, a depender da ameaça que paira sobre quem detém o poder, buscará meios para manter essa propriedade, pois, conforme cita Pierre Ansart (2019), o lugar resultante do poder é propiciador do sentimento de prazer e quem o possui não quer perdê-lo. Nos estudos de Ansart (2019), é possível compreender como os momentos de tensões (que ameaçam o poder) são repletos de pontos subjetivos que vão além dos cálculos estratégicos, uma vez que são necessários subterfúgios para se manter os apoios oriundos de grupos ou parcerias. Na mesma linha de pensamento, Stella Bresciani e Márcia Naxara (2004), descrevem como os riscos que afetam o poder podem gerar o sentimento de vingança, fruto da experiência da humilhação de quem se vê ameaçado de perder certos privilégios. Porém, na mesma possibilidade de perda, também se criam chances de coesão, resultante da solidariedade em torno de objetivos comuns (ou estratégias políticas).

Diante disso, é importante explicar o uso da memória como recurso discursivo, haja vista o sujeito se beneficiar desse meio para angariar a solidariedade do outro, uma técnica na qual as lembranças individuais se projetam nas sociais para demonstrar o pertencimento grupal. Para Ana Maria Mauad (2018), as experiências produzidas a partir das recordações podem ser conscientes ou não, por isso verificar a ideologia presente no falante é importante. Contudo, a ideologia sob óptica da Análise do Discurso, não a institucionalizada, a exemplo do que descreve Raymond Aron (2005), ao citar o conceito de ideologia a partir do marxismo. Ainda sobre a memória, os estudos de Eduardo Romero de Oliveira (2010) ilustram que o uso da memória individual ancorada na memória social pode criar uma consciência de grupo, a qual trata de compartilhamentos de lembranças. Maria Auxiliadora Schmidt *et al.* (2019) soma a ideia de partilha de memória, a finalidade de construção da orientação social, na qual se forma o aprendizado ético-moral, que por sua vez é parte do que conceitua como consciência histórica.

Provocar o exercício desses valores em uma população tão submetida à desinformação como é a sociedade brasileira, é um encargo que também cabe aos historiadores. É a ciência cumprindo sua função social. Por isso a necessidade de trazer ao debate o uso desvirtuado da Lei nº 12.850/13², bem como os pressupostos legais do Decreto-Lei nº 2.848/40³. As normas legais brasileiras, quase sempre, são criadas a partir de uma linguagem jurídica de difícil

² Lei que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

³ Código Penal brasileiro, cujo conjunto de normas versam sobre condutas consideradas delitivas e as respectivas punições para os infratores.

compreensão, motivo pelo qual termos são mudados durante as divulgações para melhor entendimento do público, como ocorre, por exemplo, com a expressão delação premiada, que substitui o termo da lei “colaboração premiada”. Da mesma forma, os atos jurídicos tendem a ser compreendidos de maneira desvirtuada, como ocorrido com réus condenados pela Operação Lava Jato que retomaram a primariedade em razão das anulações dos julgamentos do ex-juiz Sérgio Moro⁴, para explicar a questão, busca-se em Eduardo Militão (2021) as informações acerca do contexto fático que permitiu que certos condenados tivessem os processos anulados e fossem submetidos a um novo processo judicial.

Nessa conjuntura, percebe-se como a proposta de análise de um documento midiático aproxima História e jornalismo, mas é uma aproximação saudável, uma vez que não visa anular o trabalho do outro e sim somar informações. O tempo, nesse caso, seria o provável inimigo dos historiadores, em razão da proximidade entre existência do objeto e análise, mas, o primeiro critério para refutar essa questão é a própria dificuldade em se definir o que é tempo, pois, não há uma linha perfeita e contínua que segue em uma única direção para a história. A circularidade disforme dos acontecimentos históricos não segue a cronologia imposta pelo homem, de tal modo que, conforme Ricardo Marques de Mello (2017), mesmo após tantas tentativas de se definir o que é o tempo há propostas insuficientes e simplórias. Depois, como bem apontam Marc Bloch (2001) e Mello (2022), a História, desde seu surgimento na Grécia, sofreu diversas modificações, mudando a forma de se produzir e também a finalidade para qual essa produção servia. Assim, mesmo que o distanciamento temporal entre o objeto e as perguntas científicas pareça ser inata à pesquisa histórica, há na contemporaneidade respostas que exigem perguntas dos historiadores, é o que François Dosse (2012) vai explicar como sendo a História do Tempo Presente, a qual, aos olhos desta pesquisa, incluem o discurso político exposto à midiaticização e que tem como fim o poder.

Então, para apresentar o retro exposto, a pesquisa é distribuída em três capítulos. O primeiro, cujo título é *História Pública e a importância dos historiadores no debate público sobre questões do presente*, há uma breve introdução em torno da institucionalização da disciplina História Pública, bem como as discussões positivas e negativas que envolveram a ideia de Robert Kelley no decurso de sua existência. O fato é que, mesmo existindo críticas, HP tem demonstrado experiências com bons resultados, principalmente porque o mundo tem se

⁴ Sérgio Moro foi juiz responsável por julgar os crimes em primeira instância identificados pela Operação Lava Jato. No ano de 2019, deixou a magistratura para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública. No ano de 2022, conforme consta na página oficial do Senado, foi eleito para o mandato no Senado Federal pelo Estado do Paraná, vide Brasil (2022a) nas referências.

convertido ao uso dos meios digitais, grande parte população global tem gastado parte de seu tempo nesse meio. Como facilitador de acesso as informações, também se tornou um meio eficaz e econômico para quem precisa divulgar.

Por sua vez, ao mesmo tempo que proporciona facilidade para quem deseja divulgar conteúdos, o mundo digital também é passível de disseminar informações sem credibilidades reais. Há veículos sérios que se colocam a serviço da informação, mas também existem propagadores de desinformações. Ademais, cabe lembrar que mesmo diante de publicações sérias, é preciso colocar ao público opiniões distintas acerca de documentos que contenham potencial histórico, motivo pelo qual é proposto a análise histórica da Carta de Palocci com base nos estudos de Análise do Discurso, como exemplo do que é possível se fazer diante dos discursos políticos que circulam quase que diariamente nos meios digitais.

Para esse propósito, o subitem *Carta de Antônio Palocci ao PT e a importância como documento de análise histórica sob a óptica de Análise do Discurso* reescreve as circunstâncias que envolveram o autor e a origem do documento. Também é descrito como a Lei nº 12.850/13 influenciou o autor da carta a tomar decisão de delatar o Partido dos Trabalhadores, bem como o acordo constante nessa norma acabou se tornando um recurso de muitos acusados, os quais recorriam as mídias, tornando-a fonte de justificação. Esse ponto da pesquisa demonstra como a Carta de Palocci seguiu o mesmo modo de explicação perante os noticiários, inclusive expondo como uma breve pesquisa no buscador *Google* retornou inúmeras páginas que publicaram e opinaram sobre o discurso de Palocci no documento. Porém, o resultado constatou um ponto negativo para História, a ausência de páginas ou veiculações assinadas por historiadores.

O lugar não ocupado por historiadores merece ser revisto e logo preenchido. Essa afirmação decorre da observação que o documento em análise ganhou grande ressonância midiática, no entanto, as colocações opinativas em relação ao documento, pareceram não refletir a realidade discursiva do autor do documento. Com base na análise histórica do documento com viés de Análise do Discurso, é possível identificar como o sujeito discursivo produz sua fala a partir do meio que lhe constitui.

Assim, no capítulo 2 intitulado *História Pública, Análise do Discurso e a questão do tempo*, aborda-se a receptividade cada vez maior de conteúdos históricos junto ao público. Tanto que, o historiador pode se colocar a par da profissão de jornalismo, uma vez que divide o mesmo insumo capaz de produzir ideias e ainda tem a sua disposição a possibilidade de trabalhar a história sob aspectos do tempo presente. Inclusive, o discurso, como fenômeno político que foi ganhando contornos propositivos diferentes conforme o mundo se modificava,

e que pode ser objeto de análise, pois, a História merece cumprir a função social de fortificadora do exercício da cidadania. Isso porque um discurso político produz efeitos e causas que podem acarretar diversas consequências sociais, então, àqueles que o proferem, quase sempre, se utilizam de recursos diversos, até mesmo a memória. Desta maneira, unir métodos e conceitos de História e Análise do Discurso, é um meio a mais de se atingir os objetivos da pesquisa, pois, a questão do tempo (como objeto do historiador), é um tanto complexa quando levado ao público, já que tendem a assimilar divulgações de historiadores com fatos passados, no entanto, esquecem que o que se constrói em um discurso – no presente - é fundamentado em memórias.

No mesmo capítulo, há uma abordagem acerca de como outros acontecimentos decorrentes da Operação Lava Jato fizeram uso dos meios digitais e praticaram manobras parecidas com o que Palocci fez. O subtítulo *Aspectos sócio-históricos que circunscreveram a origem do documento* apresenta como conturbações sociais elegem um inimigo comum para convergir apoiadores para uma mesma causa. Assim, é apresentado dois acontecimentos praticados por autoridades lavajatista que buscaram as mídias como forma de dar fundamentação as suas ações. A mesma prática palocciana⁵. Esses eventos descritos dizem respeito a quebra de sigilo processo de um diálogo telefônico interceptado judicialmente e colocado ao público pelo juiz que presidia a denúncia, além da entrevista coletiva dada pela equipe de procuradores da Força Tarefa da Lava Jato, a qual utilizou *slides* ofensivos contra o denunciado Luiz Inácio Lula da Silva.

Na sequência, no subcapítulo 2.2: *Carta de Antônio Palocci: discurso, memória e poder*, é descrito como as pessoas se unem sob um mesmo desejo e agremiam-se em um partido político, ocupando lugares que atendam desejos íntimos. Em alguns casos, as aspirações dos membros vão além do simples fato de pertencerem ao grupo, pois passam a desejar ocuparem lugares de prestígio dentro do partido. Para àqueles que alcançam, perder e retornar à simples condição de membro, pode ser frustrante, o que leva a experimentação do sentimento de humilhação, então, retomar o lugar de influência exige estratégias que vão desde o alinhamento com membros específicos, até a escolha de um alvo específico que passa a ser alvo de críticas.

Os meios de aproximação com interlocutores podem variar conforme a situação. No caso de Palocci, por se encontrar segregado socialmente em razão da prisão, o expediente utilizado foi uma carta. O emprego desse documento, cuja forma usual é para comunicação entre remetente e destinatário, objetivou alcançar não apenas a presidente do Diretório do PT,

⁵ A prática ou estratégia palocciana pode ser entendida como a ação de dar pompa a um ato, com efeito o ocorrido diante da divulgação da Carta que escreve ao PT, a qual poderia ter como destinatário final apenas o diretório petista, no entanto, foi entregue também à imprensa.

mas também todos os filiados do partido e também um público desconhecido, pois, além do encaminhamento ao PT, foi entregue à imprensa.

O certo, em relação da estratégia palocciana, é de que visava atingir um número expressivo de leitores, com isso, o autor buscava seduzi-los por meio do uso recursos que tinham a finalidade de criar vínculos resultantes da memória, tudo para manter o *status* que desfrutava anteriormente ao acordo de colaboração premiada. É nesse contexto que o capítulo segue explicando conceitos em Análise do Discurso que apresentam como se dá a formatação discursiva de um sujeito, pois, há toda uma carga sócio-histórica que envolve a materialização do simbólico, especialmente pelo fato de que o sujeito tende a acreditar que é em si que se origina o discurso, sendo ele o responsável pela originalidade do que é dito. Ocorre que não existe nada de novo, tudo é fruto de processos intercomunicativos e contextos históricos.

Para demonstrar como se deu a construção discursiva na Carta de Antônio Palocci e os meios que ele lançou no texto contido no documento, o Capítulo 3: *A análise da Carta de Palocci* contém a imagem de trechos do documento, eles são analisados conforme os pressupostos de Análise do Discurso. Além do apontamento de palavras que indicam a colocação do sujeito como componente do grupo, evidenciando o uso da memória social. Também é indicado como se pode ocupar lugares distintos de acordo com o lugar de fala, ou seja, o sujeito pode mudar o discurso adequando-se ao meio social que se encontra. Isso ocorre de forma contraditória com Palocci durante a escrita da Carta, ele escreve na posição-sujeito colaborador da justiça, contudo, boa parte de seu discurso apresenta características da posição-sujeito filiado partidário.

Os aspectos dessa falha, chamada em Análise do Discurso de dispersão, são levantados durante a apresentação dos recortes textuais. Ademais, afora a percepção do que está escrito, há também aquilo que não é dito, porém capaz de ser percebido. Tanto que, no desfecho da Carta, Palocci utiliza a palavra “ressentimento”, embora afirme a não existência desse sentimento, pode-se extrair que houve, em algum momento, resquícios de experiências de ódio ou humilhações decorrentes das submissões que lhe foram impostas pela exclusão compulsória decorrente do processo disciplinar ao qual era submetido.

Enfim, nas considerações finais, mostra-se como o discurso é uma fonte abundante para as pesquisas históricas. Afastando a percepção de que há interesse em realizar uma interpretação textual, mas sim, apresentar os efeitos de sentidos buscados por Palocci ao criar o discurso na Carta enviada ao PT. Também, demonstrar aos historiadores um campo aberto e ainda pouco ocupado que é a divulgação midiática dos discursos políticos, capazes de receberem uma

opinião histórica com base no que o sujeito utilizou para flutuar do lugar social ao lugar discursivo.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA PÚBLICA E A IMPORTÂNCIA DOS HISTORIADORES NO DEBATE PÚBLICO SOBRE QUESTÕES DO PRESENTE

Próxima de completar meio século de existência como disciplina institucionalizada, a História Pública segue se consolidando como espaço de múltiplas experiências científicas que dialogam com um público amplo, assim como também segue, em alguns casos, sendo alvo de críticas. A “imprecisão conceitual” (SANTHIAGO, 2018, p. 288) promovida pela junção das duas palavras (história + pública) parecia resultar em redundância⁶, somando-se o questionamento sobre o que realmente faziam os historiadores públicos, colocou a disciplina – ao longo de sua existência – sob julgo dos críticos. Porém, a ideia do professor Robert Kelley, o fundador da disciplina, tinha nome e projetos definidos.

Mas o que é a ciência senão uma construção que se solidifica tendo como um de seus pilares a crítica. A própria História foi questionada durante séculos e “desde que surgiu, já há mais de dois milênios, nos lábios dos homens, ela mudou muito de conteúdo” (BLOCH, 2001), sendo reconhecida como ciência apenas no século XIX. Não seria de se estranhar que uma disciplina nova, como é História Pública, se comparada ao longínquo surgimento da palavra história⁷, fosse comungada sem controvérsias.

O professor Robert Kelley ao designar o termo História Pública na década de 1970, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, nos Estados Unidos da América, fez as atribuições suficientes e dinâmicas que contemplavam os intentos da disciplina. Kelley quis definir uma nova direção para historiadores que sofriam com a pouca oferta de empregos, pois, as vagas para profissionais dessa área se encontravam reduzidas aos muros acadêmicos e, em geral, ocupadas. Para tanto, Kelley vislumbrou a possibilidade das aplicações práticas da disciplina fora do âmbito educativo e assim escreveu:

História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia: em governo, corporações privadas, mídia, sociedades históricas e museus, mesmo em práticas privadas. Historiadores públicos estão no trabalho sempre que, em sua capacidade profissional, eles são parte do processo público. Um problema precisa ser resolvido, uma política precisa ser formulada, o uso de uma fonte ou a direção de uma atividade tem de ser mais efetivamente planejada – e um historiador é chamado a mostrar a dimensão do tempo: isto é História Pública (KELLEY, 1978, p. 16).

⁶ Redundante em razão do uso de palavras com a mesma ideia.

⁷ A palavra história é um termo antigo cuja origem remonta a Grécia Antiga. Heródoto de Halicarnasso, considerado o pai da História, escreveu o livro *Histórias*, que é a primeira obra de história da humanidade. (MELLO, 2022, p. 20)

O professor Robert Kelley era a própria experiência da possibilidade de tornar a prática acadêmica aplicada a setores além-educação uma realidade, pois, conforme lembra Santhiago (2019, p.136), Kelley além de desempenhar atividades de historiador ambiental prestadas no campus de Santa Bárbara, também atuava como perito especializado na área de direitos aquíferos. Assim, em contrarresposta a crise empregatícia que reluzia à profissão dos historiadores, além da ameaça de redução das vagas nos programas de formação em História, Kelley passou a defender “formulação de ‘carreiras alternativas’ para historiadores” (SANTHIAGO, 2019, p. 136-137).

Contudo, a nova disciplina não foi recebida sem discussões, “Desde então, e rapidamente, a *Public History* tornou-se um campo de aberta polêmica” (MALERBA, 2014, p. 29), Santhiago (2019, p.139-140) aponta que Jack M. Holl, historiador do Departamento de Energia, se manifestou alegando que a proposta de Kelley colocaria os historiadores em um mesmo patamar de outros profissionais liberais, além de propiciar a qualquer pessoa a possibilidade de se incluir nessa categoria.

Mas o tempo e o trabalho dos historiadores que se lançaram ao desafio tratou de colocar em xeque a crítica, o que possibilitou à disciplina consolidar-se na divulgação histórica. Em exposição acerca do drama que a inserção social de historiadores sofreu no Brasil nos últimos anos, além do acentuado corte de bolsas de iniciação científica, redução do orçamento destinados às universidades públicas federais, Financiamento Privado à Educação Superior (FIES) e recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que afetou sobremaneira a sobrevivência material de pesquisadores, Silveira (2020, p. 3) descreve como os que dependem desses recursos se veem em uma disputa por verbas, a qual acaba tendo como critério primeiro a utilidade imediata da pesquisa e o seu retorno prático. Para Silveira (2020, p. 4), diante da arena, da qual um número reduzido será contemplado, “as humanidades – e a história entre elas – se veem cada vez com menos espaço na própria instituição que as abriga, a universidade. ” (SILVEIRA, 2020, p.3), motivo pelo qual a reinvenção se tornou necessária aos historiadores, tanto dentro quanto fora das universidades, “Não é à toa que a preocupação com história pública tem se mostrado um caminho para a resolução do problema” (SILVEIRA, 2020, p. 3).

A prática como historiador atuando em campo distinto ao da academia, mais especificamente em marketing político, aplicando as habilidades adquiridas na graduação, são relatos da experiência individual que Silveira (2020, p. 4-5) utiliza para demonstrar a importância do processo de reinvenção. Apesar de deixar claro que não quer convencer ninguém a se lançar ao empreendedorismo possibilitado pela História Pública, Silveira (2020,

p. 24) concorda que um pouco de conduta empreendedora seja positivo, uma vez que historiadores são capazes de formular “produtos históricos” (SILVEIRA, 2020, p. 9).

Esses “produtos históricos”, também são citados por Carvalho e Teixeira (2019, p. 9), são produções de conteúdos históricos “ferozmente consumidos no meio social” (CARVALHO e TEIXEIRA, 2019, p.9) e divulgados através de vários formatos, que podem incluir “biografias, *blogs*, documentários, *podcasts*, filmes, palestras, jogos de tabuleiros, jogos eletrônicos, jogos de cartas, eventos comemorativos, aplicativos, vídeos, um canal de televisão totalmente dedicado à História” (CARVALHO e TEIXEIRA, 2019, p.9).

Nesse universo de formas utilizadas para levar a História ao grande público, há na atualidade maior enfoque nos meios digitais, isso porque, com o surgimento e a evolução da *World Wide Web* (WWW) mudou a forma de se comunicar, esse sistema de documentos digitais interligados e executados por meio da internet permite o acesso de documentos em diversas formas – vídeos, textos, sons, figuras, dentre outras. Nesse contexto, segundo Lucchesi (2014, p. 47), a humanidade encontra-se em um processo gradual de transição da cultura alfabética para a cultura digital; processo que certamente se tornará irreversível.

Se em um primeiro momento o acesso aos meios digitais era um tanto restrito em virtude dos preços dos aparelhos que permitissem acessar a *internet*, assim como o custo de provedores, atualmente boa parte da população mundial já consegue se conectar devido a popularização dos *smartphones* e pacotes de navegação com preços reduzidos. Além disso, pontos de *wi-fi* são disponibilizados em pontos comerciais e espaços públicos, permitindo que mesmo sem sinal móvel próprio, mais e mais pessoas façam uso dos meios digitais. Como consequência desse cenário a divulgação digital se torna predominante em detrimento de outros meios.

Contudo, há um ponto delicado nos meios digitais que precisa ser observado, a credibilidade da produção dos conteúdos divulgados. A verificação das fontes que produzem e divulgam o material circulante, em alguns casos, não é possível. Soma-se a isso o fato de que muitos leitores – ou diga-se “consumidores” – não se preocupam em verificar a confiabilidade do material e acabam replicando-o inadvertidamente. Esse cenário afeta sobremaneira a produção e divulgação histórica, primeiro porque existe o princípio da autoridade compartilhada elaborada por Michael Frisch, o qual afirma que “nós [historiadores] não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (WERLE *apud* FRISCH, 2017, p. 441). Segundo, conforme cita Carvalho e Teixeira (2019, p. 15), parte do que circula nas mídias digitais tem certa flexibilização para atender a expectativa do leitor.

Não que a História escrita por pessoas que não sejam historiadores de formação seja um problema, na verdade, “é saudável” (CARVALHO e TEIXEIRA, 2019, p. 15). Até porque, em uma disciplina tão permeada pela troca de conhecimento com outros campos, como faz História, é válido construir saberes com técnicas próprias somadas às técnicas e conhecimentos alheios. No entanto, essa permissibilidade pode se tornar danosa quando a finalidade maior do autor é agradar ao público e não produzir uma pesquisa séria com foco nos resultados que dela advirem, em alguns casos, por exemplo, conforme descrevem Carvalho e Teixeira (2019, p.15) a deslegitimação⁸ dos historiadores é um meio que encontram para dar visibilidade ao que produzem.

Esse é um dos motivos que se leva a crer que análise histórica merece, primeiramente e sempre, o dispêndio do método, a fim de se alcançar as respostas mais confiáveis possíveis para àqueles que interrogam o passado a partir das dúvidas que o presente reclama. Verificada essa primeira etapa, então, se considerar manter o diálogo da pesquisa com o público, pois, nem toda pesquisa interessa ao público em geral, pois, algumas, podem resultar em dados tão específicos que interessem – talvez – apenas a profissionais específicos.

Porém, boa parte do que se produz em História é acolhida pelo público leigo. O tempo, em suas três concepções (passado, presente e futuro), atiza a curiosidade humana, de tal modo que as perguntas, ainda que no silêncio dos pensamentos, estão em constante (re)formulações. Mas, se para responder o significado da palavra tempo, que todos sabem o que é, contudo, poucos se habilitam a lhe dar a devida definição e “as tentativas de defini-lo mostraram-se insuficientes, quando não constrangedoramente ingênuas” (MELLO, 2017, p. 239), quiçá responder as tantas possíveis perguntas que cabem ao passado. Eis aí a importância da escrita e divulgação histórica a partir de historiadores.

O historiador por seu esmero com o tempo e pela capacidade de analisá-lo a partir das técnicas acadêmicas adquiridas durante sua formação, pode produzir conteúdo e lançá-lo ao grande público, fornecendo segurança à classe profissional que o precede, ao público e dar credibilidade ao conteúdo, o que inevitavelmente lhe renderá reconhecimento. No entanto, alguns pontos merecem ser observados após essa afirmação. Primeiro, vale repetir, que não só historiadores são capazes de produzir boas pesquisas capazes de dialogar com um público inidentificável⁹, assim como há bons historiadores, também há ótimos escritores não-

⁸ Carvalho e Teixeira (2019, p. 16) citam o trabalho dos negacionistas do Holocausto, quase sempre grupos de extrema-direita que na década de 1970 passaram a questionar a existência dos campos de extermínio de judeus.

⁹ Inidentificável porque quando se trata do grande público é difícil mensurar um número exato de pessoas que uma divulgação pode atingir, também, pelo fato de que ainda se pode distinguir o público acadêmico do público não acadêmico.

historiadores que se dedicam à História e obtêm excelentes resultados em suas pesquisas/divulgações, sendo o inverso também uma realidade, existindo péssimos pesquisadores nas duas vertentes. Depois, que uma boa pesquisa por si só não é capaz de atingir um número elevado do público, mas a capacidade do historiador transformar sua escrita acadêmica em uma escrita atrativa, assim como escolher o canal adequado para divulgá-la. Afinal, essa é a pedra filosofal da História Pública.

Certo é que profissionalismo e respeito às técnicas científicas conferem confiança à pesquisa. É por isso que o método tem importância significativa na condução de um trabalho. Ainda mais ao se manipular questões tão controversas como o tempo e a internet, que exigem atenção redobrada do pesquisador, pois, a internet é um mar de possibilidades colocada a serviço (e desserviço) do pesquisador, o qual pode explorar inúmeros meios de fazer interagir pesquisa e público. Já o tempo um oceano de questionamentos passíveis de serem objetos de estudos.

Portanto, o recorte específico é uma exigência da pesquisa científica. Apesar dessa amplitude de probabilidades que a internet e o tempo disponibilizam ao pesquisador, é preciso que ele busque uma especificidade, pois, “Em História é fundamental que o tema de pesquisa apresente um recorte espacial e temporal muito preciso” (BARROS, 2017, p. 38). Pois bem, nesse recorte necessário, um documento produzido em meio aos tormentos políticos ocorridos na Operação Lava Jato, na década de 2010, merece atenção, trata-se da Carta de Antônio Palocci, escrita no cárcere em 26 de setembro de 2017 e encaminhada ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

1.1 Carta de Antônio Palocci ao PT e a importância como documento de análise histórica sob óptica da Análise do Discurso

No ano de 2014, no Brasil, teve início uma das maiores investigações de combate a corrupção, a Operação Lava Jato, recebendo esse nome em referência aos postos de combustíveis e lava jato de veículos utilizados para movimentação de dinheiro ilícito oriundo de esquemas de corrupção com verbas públicas. A Lava Jato fez inúmeras incursões e se desdobrou em várias fases, levando à prisão civis, autoridades e políticos, inclusive o ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva. Dentre as centenas de acusados estava Antônio Palocci, uma figura político-militante e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores; médico de formação, porém, no decorrer da carreira ocupou importantes cargos políticos, principalmente durante os governos dos Presidentes da República Lula e Dilma Rousseff (respectivamente Ministro da Fazenda e Ministro-Chefe da Casa Civil) e, após ser acusado

criminalmente em decorrência das investigações da Lava Jato, delatou um esquema de corrupção do PT, o que culminou com abertura de procedimento interno no partido para apurar sua conduta. Indignado com atitude do partido, Palocci redigiu uma carta¹⁰ em 26 de setembro de 2017, dirigida ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Para melhor compreender a questão é preciso primeiramente citar a Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013, que prevê o instituto da “colaboração premiada”, comumente chamada de delação premiada. No decorrer da Operação Lava jato, o termo tomou grande divulgação midiática e foi recurso de muitos acusados judicialmente para reduzirem as penas condenatórias. Dentre os recorrentes ao instituto estava Antônio Palocci. Uma vez fechado o acordo com a justiça, Palocci prestou declarações em 06 de setembro de 2017. Diante da confissão do militante, que colocava o partido em posição de alvo da justiça federal no Paraná, o PT promoveu a abertura de processo disciplinar (PD), com suspensão inicial de 60 (sessenta) dias, que culminaria com a oferta de desfiliação de Palocci do Partido dos Trabalhadores, em uma demonstração de descontentamento do então delator. Isso se deu por meio de uma carta manuscrita dentro da prisão, que foi entregue aos seus advogados para ser digitada e posteriormente entregue ao PT e a imprensa.

O que chama atenção no documento são os posicionamentos que Palocci assume no decorrer das linhas, ora se colocando como um bom militante, ora se opondo aos desvios de condutas impetrados pelos filiados petistas, principalmente pelo ex-presidente Lula. Porém, a forma como Palocci constrói seu discurso se baseia em memórias, em grande parte engajando a memória coletiva presente no partido petista como forma de afirmação de suas ações individuais, isso aponta para uma tentativa de se conciliar com um grupo, buscando unir-se a ele novamente com base em causas comuns.

Desta forma, a Carta de Palocci detém grande importância para história política brasileira, o que justifica sua análise como documento histórico. Primeiro pelo fato de que sua gênese se dá em meio ao caos político, no qual inúmeras autoridades foram levadas a prisão, um fato praticamente inédito no Brasil, onde a impunidade até então, era um fenômeno recorrente. Depois, pela exposição do Partido dos Trabalhadores perpetrada por um integrante do alto escalão. Para tanto, Palocci elege como figura de ataque o ex-parceiro de militância Lula, imputando-lhe desvios de condutas que culminaram em escândalos envolvendo o nome do partido. Por fim, o alcance midiático que o documento obteve junto aos noticiários. Frisa-se o alcance que esse discurso atingiu ao ser colocado nas mídias digitais de divulgação. Em um

¹⁰ Disponibilizada na íntegra nas Fontes da presente pesquisa.

passado não tão distante, quando a maior parte dos jornais eram ainda impressos em folhas de papéis, provavelmente a Carta não teria a mesma abrangência, até porque, em meios convencionais a interação entre leitor e matéria era quase impraticável, ao passo que nos meios digitais isso ocorre instantaneamente.

No dia 14 de janeiro de 2022, às 17h19, ao utilizar o motor de buscas do *Google*, tendo como critério a expressão “Carta de Antônio Palocci ao PT¹¹”, foram exibidas 10 (dez) abas com referências ao documento. Só no dia da entrega da Carta, que coincide com a assinatura de Palocci no documento (26/09/2017), há 27 (vinte e sete) *sites* que publicaram manchetes acerca do assunto¹². Nos dias subsequentes também houve incidência do tema nas mídias, no entanto, nessa análise a pretensão é demonstrar a rapidez como se deu a divulgação da Carta e o alcance imediato dela.

De modo geral, a imprensa atribuiu ao discurso de Palocci uma série de duras críticas ao PT, no entanto, há certas incoerências entre as manchetes e o que traz o conteúdo da Carta. Condiz divulgações de que o texto ataca o ex-Presidente Lula, no entanto, é preciso discordar de que as severidades das informações contidas na Carta sejam dirigidas ao PT. Isso em razão do discurso reconciliatório que o autor produz. Até pelo fato de que não há um pedido explícito de desfiliação partidária por Palocci, mas sim, uma oferta ao partido, para que esse decida se excluiria ou não o delator do PT.

Destaca-se nos resultados obtidos no buscador do *Google* a ausência de participação de sites de História ou de historiadores públicos. Justo lembrar que o recorte das notícias escolhidas é da mesma data da publicação da Carta, o que dá ao tema contornos midiáticos e as abordagens das empresas divulgadoras exigiam o imediatismo da exposição do discurso de Palocci. Contudo, mesmo nos dias posteriores à publicação, nos quais outras páginas abordaram o assunto, nota-se a não participação de historiadores; e a questão exige a participação, justamente pelo fato de que o discurso está carregado de memórias. A narrativa de Palocci se fundamenta em toda uma trajetória consolidada em um partido político, o qual alcançou o mais alto posto pretendido por associações ideológicas que anseiam pelo poder representativo, o de Presidente da República.

Em relação ao protagonismo em divulgações midiáticas, Carvalho e Teixeira (2019, p. 12) apontam que os historiadores se furtam a ocupar o topo, pois, as atenções nas produções de pesquisas mantêm boa parte do foco voltado para âmbito educacional em detrimento a

¹¹ Vide a carta e notícias em UOL (2022), link nas referências.

¹² Anexo: Notícias referentes a Carta de Antônio Palocci,

divulgação ao grande público. Daí o fato de que grande parte das divulgações ainda permanecem nas mãos de profissionais de outras áreas. Esse afastamento resulta do medo que se tem de incorrer no desejo de agradar o consumidor de conteúdo, sendo possível que ocorra certa flexibilização do rigor científico exigido em pesquisas.

Outro detalhe em relação a não participação de historiadores na difusão da Carta de Palocci no dia de 26/09/2017, remete ao imediatismo da notícia qual era um fator que impedia pesquisas mais profundas para dar uma pronta resposta ao acontecimento, a perseverança do documento no tempo demonstra que ainda cabe muita análise em torno dele. Tanto que é possível verificar interação de leitores após setembro de 2017, conforme comentário (de um leitor em 02/04/2019, às 10h42m28, da matéria divulgada no *site* da Gazeta do Povo, cujo título é *Palocci deixa o PT: 'Fiquei chocado ao ver Lula sucumbir ao pior da política'* (GAZETA DO POVO, 2017). Também, a própria imprensa busca rememorar o documento como pode se constatar em artigo publicado em 14/01/2022, no site Jornal da Cidade, cuja manchete é *Carta de Palocci ao PT retrata toda imoralidade de Lula e deve ser lembrada todos os dias* (JORNAL DA CIDADE, 2022).

Ademais, parte dos julgamentos dos processos decorrentes da Operação Lava Jato têm sido anulados em decorrência da suspeição judicial do ex-juiz Sérgio Moro¹³, inclusive os processos de Antônio Palocci e Lula. Motivo pelo qual a política brasileira tomou novos contornos, pois, Lula recuperou a elegibilidade, candidatou-se ao pleito eleitoral do ano de 2022, vindo a lograr êxito, alcançando a vitória e ocupará por mais quatro anos a cadeira de Presidente da República do Brasil.

Mas, para além das teorias normalmente mais direcionadas a pesquisa Histórica, é preciso também buscar fundamentação na verificação da Carta de Palocci em Análise do Discurso. Esse, conforme Leandro-Ferreira (2020, p. 25), tem como objeto de estudo o discurso e afasta a existência de um sentido literal no uso da língua, para examiná-la a partir dos processos de produção do sentido e também das suas determinações histórico-sociais:

Isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que

¹³ Advogados dos acusados pediram suspeição judicial de Sérgio Moro depois que as conversas do ex-juiz com procuradores da Lava Jato, em aplicativos de mensagens, foram interceptadas e vazadas por *hackers*. Assim a justiça cancelou os processos, sendo necessário que fossem reiniciados. Ocorre que na legislação brasileira há um prazo prescricional, conforme art. 109 do Decreto-Lei nº 2.848/40, assim, como vários processos tiveram de recomeçar, o lapso temporal entre o cometimento do delito e a condenação definitiva alcançou os prazos previstos no art. 109, perdendo o Estado o direito de punir os denunciados. Importante ressaltar que nesses casos não há de se falar em inocência, contudo os réus têm adquirido novamente a condição de réu primário (MILITÃO, 2021).

o sentido possa ser de qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção. (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 23).

Vale lembrar que enquanto AD centra seus estudos no discurso, a Linguística se volta para a análise da língua “nela e por ela mesma” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 25). Assim, com lembra a autora, a Análise do Discurso é uma disciplina de entremeio que lhe aproxima dos estudos da Linguística e das disciplinas das Ciências Humanas, sendo pertinente seu uso em análises documentais, especialmente as dotadas de discursos, uma vez que o construto discursivo tem como fator preponderante a ideologia presente na Formação Discursiva do sujeito histórico.

Dessa forma, como outrora, com o advento da Escola de *Annales*, no século XX, o campo de objetos passíveis de análise se ampliou consideravelmente, levando em consideração o acréscimo de novas fontes à pesquisa histórica, e por ser a História uma ciência em permanente diálogo com outras áreas, é possível se extrair da Carta de Palocci, a partir de estudos de Análise do Discurso, conteúdos não verificados pela grande mídia e levá-los ao conhecimento do grande público. Pois, é preciso sempre se pensar em respostas para o seguinte questionamento: “Como podemos divulgar a História de forma que ela não só dê visibilidade ao nosso trabalho, mas seja capaz também de contribuir para cidadania?” (CARVALHO E TEIXEIRA, 2019, p. 16).

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA PÚBLICA, ANÁLISE DO DISCURSO E A QUESTÃO DO TEMPO

A História pública tem em sua concepção a preocupação do diálogo entre o que se produz cientificamente e o público amplo, seguindo esse propósito os historiadores têm se dedicado em aprimorar esse princípio, expandido tanto as formas de abordagens temáticas como os meios de promover o contato dos resultados de suas pesquisas com o grande público.

O clamor pela História é uma realidade que bate à porta e, de acordo com Carvalho e Teixeira (2019, p. 93), nos últimos quinze anos no Brasil cresceram os projetos em História Pública, resultando na criação de inúmeros canais que aperfeiçoam a difusão de conteúdos históricos para um público amplo, fruto de uma História como elemento primordial para questões políticas, sociais e culturais.

Nesse contexto o historiador deixa seu estereótipo de profissional típico de pesquisas de um passado distante para somar aos seus trabalhos pesquisas relacionadas ao tempo presente¹⁴, cria-se assim uma similaridade entre Jornalismo e História, uma vez que compartilham “a mesma matéria-prima” (CARVALHO E TEIXEIRA, 2019, p. 42) e, “ se e há novidade, há notícia – e é preciso um “gancho” temporal para contextualizá-la” (CARVALHO E TEIXEIRA, 2019, p. 45). Motivo pelo qual é importante historiadores estarem de prontidão para fazerem frente aos discursos político-ideológicos lançados nos meios de divulgação em massa.

Para melhor compreensão da necessidade de que uma ciência típica de acontecimentos passados se faça presente em cenários contemporâneos, é importante lembrar a mudança na forma de manifestação que os discursos sofreram ao longo da história. Na Antiguidade, era comum que eles ocorressem em Assembleias “pela copresença dos interlocutores” (COURTINE & PIOVEZANI, 2015, p. 296). Nesses ambientes, com um número limitado de participantes, o falante necessitava orquestrar fala e corpo de modo a convencer seu público por meio da oratória. Já na atualidade, com o advento dos canais de divulgação em massa, foi preciso adotar novos métodos para causar a sensação de proximidade, uma vez que os envolvidos se encontram separados fisicamente¹⁵, ou seja, quem fala encontra-se em lugar distinto de quem ouve, além de que, os destinatários do discurso aumentaram exponencialmente, sendo difícil mensurá-los.

¹⁴ De acordo com Dosse (2012, p. 11), o conceito de História do Tempo presente remete a aceção daquilo que é passado e ao mesmo tempo contemporâneo.

¹⁵ Situação típica das transmissões televisivas, na qual uma programação (seja ela qual for) atinge um grande número de pessoas, estando o emissor em um lugar e os receptores em inúmeros outros locais.

As performances durante o discurso, nas mídias de massa, são produzidas de maneira a causar a sensação de proximidade – em razão da distância e pelo número elevado de interlocutores - dando a impressão de que a fala para o coletivo é direcionada de forma particularizada a cada telespectador, “A regra e, ao mesmo tempo, o desafio consiste em instaurar uma relação pessoal com uma massa praticamente desconhecida” (COURTINE & PIOVEZANI, 2015, p. 308). Assim, os conteúdos produzidos são propagados velozmente ao grande público, em alguns casos, com a mesma velocidade que se propagam, se tornam obsoletos.

Mas nem todo conteúdo é tão fugaz em sua obsoletização, por vezes, os canais de imprensa divulgam com a pretensão de atender ao público com a informação de maneira mais rápida possível, deixando escapar aspectos singulares do material analisado. Em discursos materializados no âmbito da política, por exemplo, é comum o uso da memória para fundamentar a fala, algumas vezes não levantados pela imprensa. A Carta de Antônio Palocci é carregada desse recurso, o qual foi, em partes, negligenciado pelas páginas jornalísticas.

É importante entender que “a memória é uma construção social, e enquanto tal, uma operação ideológica” (OLIVEIRA, 2010, p. 134) e “[memória] o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou modificada, por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado” (MAUAD *apud* Nora, 2018, p. 29), daí a importância de se levar aos receptores de discursos políticos informações que digam respeito aos aspectos utilizados na construção da narrativa do emissor. Até porque:

[...] um discurso político pode discorrer sobre o passado, com uma dupla implicação: este discurso é uma ação política; e o refazer da memória. De um lado, está em jogo a luta política no qual se insere o discurso político presente, no qual a periodização, o reconhecimento de um marco divisor da história que justifica o presente [...]. Por outro, durante o processo político constituiu inevitavelmente uma “memória história” e que foi cristalizada no exercício da dominação; uma memória pela qual se define os sujeitos participantes do processo (OLIVEIRA, 2010, p. 134).

No caso da Carta de Palocci, o texto não trata necessariamente do passado, contudo, é recorrente o uso da memória – ainda que implicitamente – para dar sustentabilidade à argumentação do autor. Seguindo os relatos de Oliveira (2010, p. 134), o qual descreve a obsessão pelos lugares da memória como uma singularidade das sociedades contemporâneas e do conhecimento histórico, nota-se na construção do texto de Palocci recursos memorativos cuja finalidade é fazer-se parte integrante de uma memória coletiva. Mas para se chegar nessa constatação é preciso entender certos aspectos que formatam o autor enquanto sujeito histórico

e a ideologia que o constrói, motivo pelo qual os estudos em Análise do Discurso se mostram de suma importância.

Quando em Análise do Discurso se concentra a pesquisa no uso da língua a partir de grupos específicos ou pessoas determinadas, considera-se o sujeito falante em seu contexto sócio-histórico, de tal modo que o uso rotineiro da linguagem não ocorre de forma neutra e sim a partir de um processo de constituição de sentidos. Esse processo é resultante da interação entre a linguagem e a ideologia, essa por sua vez, uma consequência da Formação Discursiva do sujeito histórico. A regulação do que pode ou não pode ser dito se dá pela Formação Discursiva e aqui reside a opacidade da língua, ou seja, a sua não transparência ou aquilo que está além da superficialidade dos símbolos linguísticos.

O sujeito histórico ao constituir o discurso, o faz de modo simbólico - no caso de Palocci por meio da carta. Além disso, o constrói a partir de sua carga ideológica advinda da sua Formação Discursiva. Por fim, o contextualiza de acordo com a política que circunscreve seu meio social (historicidade). São determinantes que exigem, além do rastreamento dos dados históricos, a compreensão de como o discurso foi produzido levando em conta as relações de poder que se fizeram presentes na sua criação. Lembrando, é claro, que essa criação não se refere apenas à cronologia do documento, mas sim de circunstâncias que se projetam em vários sentidos em uma cadeia de eventos, no caso em tela, resultantes da Operação Lava Jato.

A contextualização das circunstâncias históricas que promoveram a criação do documento, também as condições sócio-históricas determinantes na FD do sujeito histórico, são meios que se somam aos métodos de pesquisa histórica para propiciar ao historiador público resultados capazes de oportunizarem ao grande público uma leitura mais aprofundada do documento, que afaste a percepção superficial dada pelo imediatismo midiático. Isso porque o discurso de Palocci decorre de uma internalização comunicativa, uma ideologia que acredita ser sua, mas que na verdade é fruto de um processo intercomunicativo. Ademais, cabe ressaltar que a memória, enquanto processo de criação de vínculos do indivíduo com o coletivo, é “um universo mental que adquire substância social” (OLIVEIRA, 2010, p. 144).

Tal afirmação é possível, uma vez que, seguindo os estudos de Oliveira (2010, p. 132), há uma memória individual e outra coletiva, enquanto a primeira se reduz aos próprios processos vividos, a segunda diz respeito a uma consciência dividida por um número maior de envolvidos que pode resultar em uma memória histórica. Contudo, conforme afirma Oliveira (2010, p. 132), a memória individual pode se apoiar na memória coletiva justamente para compartilhar algum ponto de vista, o que resultaria em uma consciência de grupo.

A pretensão do indivíduo nesse ponto é criar um vínculo com os demais, que serve, em alguns casos, para que ele seja seguido e que o passado atual suscite um anseio coletivo de experimentação compartilhada. Ainda mais em um momento em que os recursos de divulgação são amplos, atingindo números significativos de indivíduos. Isso pode acarretar em uma conformação coletiva em torno de uma mesma causa, resultando, inclusive, em mudanças de opiniões. Fato este comumente utilizado em discursos políticos.

Mas a aspiração, ao se propor verificação da Carta de Palocci com base nos estudos de Análise do Discurso, é justamente criar uma orientação comum para que se possa propiciar uma consciência histórica¹⁶. Para dar a versão interpretativa ao documento analisado de que ele foi criado com a finalidade de salvaguarda própria, utilizando-se da rememoração de uma memória coletiva para enaltecer a memória individual. Tudo para manter o *status quo* do autor perante o grupo que lhe acolheu por vários anos e diminuir o desgaste a sua imagem pública.

Nesse sentido, é preciso compreender a consciência histórica como uma mediadora entre valores e ações. Pois, essa, enquanto entendida como todos comportamentos humanos deliberados, aquele é um guia de comportamentos e “funcionam como fonte de arbitragem nos conflitos e como objetivos que nos guiam no atuar” (SCHMIDT *et al.* 2019, p. 55). Ocorre que, conforme Schmidt *et al.* (2019, p. 55), as ações precisam ser guiadas pelos valores morais, uma vez que a responsabilidade social é uma premissa inerente a cada ser que se mantém inserido em grupos humanos, assim, “A consciência Histórica serve como elemento de orientação” (SCHMIDT *et al.* 2019, p. 56).

Contudo, a partir da pergunta que encerrou o Capítulo 1, a qual questiona como se deve divulgar História de modo que seja capaz de contribuir para cidadania, nada mais justo respondê-la com a proposta de que é possível fornecer informações mais detalhadas, com base na constituição do sujeito histórico, de modo que se fortifique a consciência histórica da sociedade brasileira, até porque “a consciência histórica traz contribuição essencial à consciência ética moral” (SCHMIDT *et al.* 2019, p. 57). Tudo para que se mantenha uma linha conectiva entre valores e a realidade humana. E aqui, aponta o autor, há uma função prática da consciência história, que:

[...] confere à realidade uma direção temporal, uma orientação que pode guiar a ação intencionalmente, através da mediação da memória histórica. Pode-se chamar a esta função “orientação temporal”. Essa orientação tem lugar em duas esferas da vida respectivamente a) a vida prática e b) a subjetividade interna dos atores. A orientação

¹⁶ “A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido da mudança temporal dentro do qual estão presas nossas vidas, e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança” (SCHMIDT *et al.* 2019, p. 57).

temporal da vida tem dois aspectos, um interno e outro externo. O aspecto externo da orientação por via da história revela a *dimensão temporal da vida prática*, descobrindo a temporalidade das circunstâncias incluídas na atividade humana. O aspecto interno da orientação por via da história revela a *dimensão temporal da subjetividade humana*, outorgando autocompreensão e conhecimento das características temporais dentro das quais aqueles tomam a forma da identidade histórica, ou seja, uma consistência constitutiva das dimensões temporais da personalidade humana. Por meio da identidade histórica a personalidade humana expande sua extensão temporal, mas além dos limites do nascimento e da morte, mais além da mera mortalidade. Via consciência histórica, uma pessoa se faz parte de um todo temporal mais extenso que em sua vida temporal (SCHMIDT *et al.*2019, p. 58).

No entanto, se a existência humana, assim como as demais formas de vida terrestre, tem a certeza única de que o princípio da vida inicia com o nascimento e se finda com a morte. Que a perpetuação do mundo, das espécies, das nações e de grupos dependem, em grande parte, do legado da responsabilidade social que uma geração deixa a outra subsequente, justo suscitar a atemporalidade existencial propiciada pela consciência histórica, para que um povo (ou demais formatações grupais) ajam de acordo com princípios éticos e morais, formando sociedades justas e dignas, capazes de manter um mundo melhor e afastado de interesses individuais.

2.1 Aspectos sócio-históricos que circunscreveram a origem do documento

Há na origem da Carta de Palocci semelhanças com outros eventos ocorridos durante os desencadeamentos das fases investigativas da Operação Lava Jato, diversos acontecimentos foram tratados como espetáculos. Recorrer às mídias para expor fatos que envolviam tanto as ações das autoridades, quanto as acusações dos investigados, foi um meio encontrado para salvar quem se encontrava sob acusação criminal, assim como para fundamentar os atos praticados pelos agentes do Estado.

Apesar do meio utilizado (mídias) ser o mesmo, a forma como isso acontecia variava de acordo com o que o(os) personagem(ns) dispunham para transformar o fato em um evento espetacularizado. Ansart (2019, p. 24-25) ensina que, em períodos de mutações sociais, elites dirigentes buscam angariar o apoio da população através de mensagens, mesmo que precisem romper vínculos tradicionais, praticando, inclusive, agressões contra afetos antigos. A adesão ao que se propaga, pode ou não acontecer. O sociólogo comenta que a racionalidade é um atributo comumente relacionado às classes dominantes, enquanto a emotividade associada aos dominados. Na sequência afirma “que o político [...] sendo também do campo do incerto e da persuasão no interior do incerto, convoca necessariamente, em graus diversos, os valores e a adesão afetiva aos valores” (ANSART, 2019, p. 25), para enfim concluir que nem sempre os modelos históricos de símbolos políticos são os mais eficazes, mas deve-se considerar os amores políticos decorrentes das devoções individuais.

À vista disso, pode-se se olhar a conjuntura histórica da Operação Lava Jato e perceber como as mensagens partiam de personagens que detinham prestígio político, quando ameaçados, fizeram apelo à emotividade do público para obter a adesão. Medir os resultados dessas práticas é uma tarefa um tanto complexa, para não se dizer que é praticamente impossível, pois, por mais que os meios digitais contenham ferramentas capazes de produzir números, há uma parte do público que alcança conteúdo sem deixar rastros de acessos. Um fato é aceitável, em alguns casos, utilizar essa estratégia se mostrou bastante eficaz, é o que aconteceu, por exemplo, quando o ex-juiz Sérgio Moro divulgou áudios de um diálogo interceptado entre Lula e a então presidente da República Dilma Rouseff.

Por ocasião da intenção da nomeação de Lula para um cargo de Ministro da Casa Civil de Dilma Rousseff, Sérgio Moro retirou o sigilo do conteúdo processual e divulgou para imprensa um diálogo telefônico interceptado entre Lula e Dilma. A ação do juiz causou grande repercussão social, gerando inúmeras manifestações pelo país e, conseqüentemente, impediu a nomeação de Lula.

A liberação do conteúdo ocorreu em 16 de março de 2016. Moro alegou, segundo Castro *et al* (2016), que a exposição dos áudios era uma forma de fortalecer a democracia, uma vez que era direito dos governados tomarem conhecimento dos atos praticados por seus governantes. Em contrapartida, o investigado Lula reconhecia que as práticas do juiz tinham o caráter de espetáculo. O diálogo interceptado tem o seguinte teor:

Dilma: “Alô.”

Lula: “Alô.”

Dilma: “Lula, deixa eu te falar uma coisa.”

Lula: “Fala, querida. Ahn?”

Dilma: “Seguinte, eu tô mandando o ‘Bessias’ junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!”

Lula: “Uhum. Tá bom, tá bom.”

Dilma: “Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.”

Lula: “Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando.”

Dilma: “Tá?!”

Lula: “Tá bom.”

Dilma: “Tchau.”

Lula: “Tchau, querida.” (CASTRO *et al*, 2016)

Mesmo que atualmente o contexto tenha tomado formatações diferentes, pois, Lula teve as condenações canceladas e posteriormente as acusações criminais prescritas, retomando a elegibilidade a logrando êxito na campanha presidencial em 2022, no momento em que o ex-magistrado, em 2016, divulgou o diálogo, a repercussão ganhou tamanha notoriedade que a ex-presidente Dilma desistiu da nomeação de Lula para o cargo de ministro. Isso demonstra como a espetacularização garantia resultados positivos aos que a ele se socorriam.

Caso semelhante se deu entre os procuradores da Lava Jato, que fizeram o uso do PowerPoint, programa de exibições e apresentações gráficas, em uma entrevista ocorrida em setembro de 2016, na qual o ex-procurador Deltan Dallagnol (BRASIL, 2022c) explicava a denúncia contra Lula. Na ocasião, Dallagnol utilizou desse recurso digital e empregou nos *slides* termos ofensivos contra o ex-presidente.

A apresentação promovida pelo então procurador também repercutiu massivamente nos meios de comunicação, sendo alvo, inclusive, de críticas. A explicação dada pelas autoridades corresponsáveis aos questionamentos públicos foi “que o esquema gráfico produzido para essa denúncia específica tinha por objetivo tornar compreensível aquilo que a doutrina chama de ‘convergência de indícios’” (LOPES, 2021).

As circunstâncias envoltas a essa entrevista coletiva ganharam distintos desfechos. Apesar da continuidade das investigações culminarem com aceitação da denúncia pelo judiciário e, por fim, a condenação de Lula, mais tarde, com o cancelamento das condenações proferidas por Moro, foi possível ao ex-presidente pleitear indenizações por danos causados à sua imagem. Os advogados de defesa de Lula apresentaram a tese:

Dallagnol feriu direitos de personalidade do ex-presidente em rede nacional de televisão, exercendo um juízo de culpa antes do início da ação penal além de trazer acusações que nem sequer faziam parte da denúncia. Ainda segundo eles, **a entrevista coletiva foi replicada em diversos sites** do Brasil e do exterior, **ampliando a dimensão do dano** à imagem do ex-presidente. (BRASIL, 2022c, on-line) [grifo meu].

O resultado da ação contra o comportamento do ex-procurador foi a condenação de pagamento por danos morais pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Apesar da imunidade que procuradores detêm em razão da função, o relator do caso Ministro Luis Felipe Salomão explicou que agentes públicos quando praticam um ato que possui potencial de se tornar um ato ilícito, sua representatividade do Estado cede lugar a responsabilidade pessoal e ele mesmo responde por seus atos (BRASIL, 2022c).

Ademais, vale ressaltar que a decisão veiculada no site do STJ aponta o fato de que Dallagnol expôs fatos que não faziam parte da denúncia, também usou termos para designar o ex-presidente que não são condizentes com a nomenclatura típica do Direito Penal. Além disso, o relator afirmou que houve abuso de poder por parte do ex-procurador, uma vez que “atuando dentro das prerrogativas que o ordenamento jurídico lhe confere, não observa a função social do direito subjetivo e, ao exercitá-lo, causa prejuízo a outra pessoa” (BRASIL, 2022c, on-line).

Há na Lava Jato inúmeros exemplos da espetacularização dos fatos como recurso de defesa. Os dois exemplos citados foram escolhidos em razão do alcance que obtiveram junto ao público. Como mencionado anteriormente, por meio de divulgação em massa, se impediu a nomeação de Lula ao cargo de ministro. Caso ele chegasse a ser nomeado naquele momento, estaria resguardado pelo foro privilegiado decorrente do cargo, o que dificultaria ao juiz dar seguimento aos procedimentos processuais pertinentes, pois, ministros de estado têm foro privilegiado e só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assim, o processo sob jurisdição de Moro sairia de sua competência para ser julgado pela Suprema Corte.

O interesse em causar pompa, como os personagens lavajatistas, tinha inclinações que visavam atender demandas particulares, pois “os amores mais visíveis dizem respeito aos locutores mais barulhentos” (ANSART, 2019, p. 199), por isso se buscava tanto as mídias para colocar ao público os acontecimentos da operação. A Carta de Palocci foi um evento, dentre outros, que fez uso do mesmo recurso. Courtine e Piovezani (2015, p. 310) ao comentarem que a política atual perdeu parte da polarização que acalorava as disputas, compara-a as competições esportivas; ambas perderam a admiração pela competitividade, então, tornou-se necessário pensá-las em termos de espetáculos, se dando mais ênfase no processo do que na disputa final.

2.2 A Carta de Antônio Palocci: discurso, memória e poder

É preciso compreender que partidos políticos são formados pela união de pessoas com ideologias em comum, essa agremiação, em geral, busca defender os interesses de seus integrantes e de parte da população por meio de membros que são preparados para disputar eleições. Os associados partidários, de acordo Ansart (2019, p. 115), não se aproximam apenas por se identificarem com o partido, na verdade isso acontece porque existem sonhos constituídos de justos valores, há na junção um querer coletivo composto de projetos e previsões, cria-se nesse ambiente expectativas em relação ao futuro, “O partido é, para o filiado, uma vontade coletiva, um projeto para aumentar seu lugar e seu poder” (ANSART, 2019, p. 115).

O poder, nesse sentido, pode assumir várias vertentes, pois, assim como o pensamento foucaultiano, que não define uma teoria geral do poder e afasta o seu caráter unitário e global¹⁷, em um partido político o lugar e o poder podem assumir características objetivas e subjetivas¹⁸.

¹⁷ “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” (FOUCAULT, 2021, p. 12)

¹⁸ Objetivo quando integrante partidário assume alguma função previamente definida no estatuto do partido; subjetiva no caso de uma satisfação íntima própria, seja ela qual for.

O poder, pensando-o no meio político, “seria da ordem da troca contratual” (FOUCAULT, 2021, p. 273), no qual “cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política” (FOUCAULT, 2021, p. 273). Além disso, dentro do partido político é possível que o filiado desfrute de “um jogo inconsciente de introjeção e projeção” (ANSART, 2019, p. 115), o qual, segundo Ansart (2019, p. 115) torna-se o melhor lugar de ocorrência dos valores.

Em síntese, estar inserido em um partido político é estabelecer um contrato subjetivo cujo conteúdo mantém uma relação entre “desejo e a obediência” (ANSART, 2019, p. 112). Enquanto o mundo político externo é permeado de desconfianças, o ambiente partidário, de acordo com Ansart (2019, p. 114), partilha crenças e promove reações afetivas entre os membros. Mas, para além de uma composição socioafetiva, partidos são também estruturados em hierarquias e divisões “com lugares prestigiosos situados em seu topo e papéis modestos, provocando, como qualquer outra hierarquia, esperanças, ambições, sonhos não ditos” (ANSART, 2019, p. 119).

Compor o topo, ou estar entre os líderes, é, segundo Ansart (2019, p. 120), prazeroso. O que torna a ascensão partidária uma realização de extremo desejo entre os filiados. Uma vez alcançado o lugar de prestígio, deixá-lo dificilmente é aceito de modo pacífico ou sem ranhuras. Mas essas rupturas acontecem, as composições partidárias nem sempre são totalmente homogêneas em suas ideologias, principalmente nas bases, uma vez que:

Dá-se no interior do partido conflitos diversos, tensões, rivalidades, processos de promoção ou exclusão, fortemente carregados de nuances afetivas, preferências implícitas, reticências de que os cálculos estratégicos não podem dar conta. Ao contrário, os cálculos estratégicos consideram, de maneira intuitiva ou crítica, essas preferências ou reticências, os sentimentos políticos sutis que precisam ser respeitados, compreendidos e sentidos para conservar os apoios buscados. (ANSART, 2019, p. 112)

Assim, quando um membro se sente ameaçado, particularmente por ser parte integrante da liderança, buscará meios de manter o lugar de prestígio ocupado. As táticas são muitas. Buscar apoio entre àqueles com alinhamentos ideológicos é uma delas. Ocorre que, quando privado da aproximação física para colocar em prática essa tática, o ameaçado precisa aproximar-se dos demais componentes de alguma forma. Aqui é importante retomar ao contexto da Carta de Palocci, o autor, privado de sua liberdade, recorreu às mídias para projetar seu discurso e angariar simpatizantes. A afirmação é possível, pois, o meio de materialização do discurso foi em uma carta, a qual poderia ter sido entregue somente ao PT, no entanto, após

ser manuscrita foi entregue aos advogados do acusado, sendo posteriormente redigida para ser entregue ao PT e à imprensa, que por sua vez divulgou ao público.

O discurso de Palocci presente na citada carta teve grande repercussão midiática, haja vista que a sua carreira como militante partidário se confundia com a trajetória histórica do PT. Além do que, um discurso, para que seja recepcionado de forma mais ampla, necessita de que o falante goze de certa autoridade, e isso decorre, quase sempre, da existência de instituições socialmente reconhecidas que concedem aos seus membros esse poder. Deste modo, as partes envolvidas (emissor e receptores) se concedam mutuamente conexões pertinentes, é o que Foucault (2008, p. 56) chama de “sistema de diferenciações e relações”. Então são dois pontos a serem observados na notoriedade do documento, o uso das mídias para propagação do discurso e o lugar de prestígio que Palocci ocupava e que lhe permitiu escrever com autoridade.

Interessante como Palocci utiliza uma “estratégia de sedução” (ANSART, 2019, p. 35) trazendo aos leitores “um sistema afetivo pertencente a uma história longa” (ANSART, 2019, p. 35), a qual poderia também ser chamada de memória, uma tentativa de criar vínculos utilizando-se da memória própria, porém, rememorando acontecimentos coletivos. Para Ansart (2019, p. 35), isso ocorre de maneira consciente por parte dos detentores do poder, pois, buscam por todos os meios captar o amor dos demais membros que compõem a base da agremiação. Nesse sentido, é preciso entender que “As mensagens têm por finalidade, consciente em seus objetivos e mais inconsciente em seus dispositivos intervir na comunicação social para modelá-la. Elas interferem diretamente, por seus conteúdos, na natureza das relações sociais” (ANSART, 2019, p. 65).

Porém, para além do interesse de manter o *status*, há uma carga ideológica que deve ser levada em conta ao se analisar o conteúdo da Carta, mais especificamente, a ideologia como pressuposto da construção do sujeito histórico através do interdiscurso. E aqui cabe distinguir o conceito de ideologia em Análise do Discurso do conceito político-filosófico.

O conceito político-filosófico de ideologia não está fechado em uma única análise. Há estudos que, reconhecidamente merecem destaque dada a importância histórica que detém, quase sempre explorados sob a óptica de institucionalização do conceito. Em Karl Marx, por exemplo, “seria uma representação falsa do mundo real ou, ainda, tentaria justificar, a golpes de conceitos ou de idéias, a realidade presente” (ARON, 2005, p. 219). Nesse sentido, a ideologia seria imposta pela classe dominante aos dominados através de uma falsa consciência da realidade, de maneira sistemática, pois, o monopólio dos meios de produção material e intelectual estaria nas mãos dos dominadores.

Porém, em Análise do Discurso ideologia diz respeito ao que está no interior do discurso, refletindo a exterioridade constitutiva do sujeito. Ela irá se consolidar a partir dos interdiscursos mantidos pelo sujeito, ou seja, os inúmeros diálogos mantidos com terceiros ao longo de sua existência. Em geral, há predileção em se manter interdiscursos análogos¹⁹. Em decorrência dessa multiplicidade de contatos discursivos resulta o intradiscurso, que é a constituição do sujeito falante, o qual produz um novo discurso como seu²⁰, contudo, nada mais é que a ressignificação de tudo que absorveu no interdiscurso. Seguindo as suposições teóricas de Análise do Discurso:

[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Este é o princípio básico da noção de sujeito em AD. Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte do sentido, mas se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso (GRIGOLETTO, 2005, p. 156).

Visto isto, cabe iniciar a verificação da Carta de Palocci com base nos pressupostos de Análise do Discurso. Tudo com intento de demonstrar que o aparente rompimento partidário divulgado pelas mídias, não refletem necessariamente o discurso de Palocci. Contudo, vale lembrar que não se trata de uma interpretação de conteúdo, mas sim busca de “explicitação dos processos de significação presentes no texto” (ORLANDI, 2015, p. 26), os quais, conforme conclui Orlandi (2015, p. 26), permitem identificar outros sentidos e como se revestem de significância para os sujeitos. Porém, adverte a autora, “Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com o seu dispositivo²¹, deve ser capaz de compreender” (ORLANDI, 2015, p. 26).

¹⁹ O indivíduo tende a se aproximar de pessoas com que tem afinidades discursivas semelhantes ou com mesma ideologia.

²⁰ “As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2015, p.20)

²¹ “Face ao dispositivo teórico da interpretação, há uma parte que é da responsabilidade do analista e uma parte que deriva da sua sustentação no rigor do método e no alcance teórico da Análise de Discurso. O que é da sua responsabilidade é a formulação da questão que desencadeia a análise.” (ORLANDI, 2015, p. 27)

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA CARTA DE ANTÔNIO PALOCCI

Importante começar a análise da Carta de Palocci discorrendo acerca da noção de sujeito. Em Análise do Discurso o sujeito “não é o indivíduo, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo a marca do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido” (GRIGOLETTO, 2005, p. 154). Desta forma, ele se constitui a partir da relação com o outro, determinando e sendo determinado, pois, não é fonte única e inédita do conteúdo, mas sim resultado do social, de aspectos exteriores. O ideológico que lhe constitui, fruto do interdiscurso, reflete sua exterioridade e se manifesta de maneira não consciente.

Enquanto indivíduo, o sujeito é entendido como ser empírico e ocupa o lugar social, já como sujeito do discurso, ocupa o lugar discursivo. Como a noção de sujeito, em Análise do Discurso, considera o sócio-histórico e o ideológico em sua constituição, “o lugar que o sujeito ocupa na sociedade é determinante do/no seu dizer” (GRIGOLETTO, 2005, p. 157), contudo, lembra Grigoletto (2005, p. 157), que o sujeito ao se identificar com determinados saberes, “se inscreve em uma formação discursiva²² e passa ocupar, não mais o lugar de sujeito empírico, mas sim o de sujeito do discurso” (GRIGOLETTO, 2005, p.157).

A flutuação entre o lugar social e o lugar do discurso é uma prática discursiva e não deve ser compreendida como situações independentes, mas coexistentes, pois, “eles estão em constante imbricamento, já que o lugar social é efeito da prática discursiva ao mesmo tempo em que o lugar discursivo é efeito/está determinado pela prática social” (GRIGOLETTO, 2005, p. 161). Ademais, lugar, em Análise do Discurso, não tem o significado de espaço geográfico, mas sim a resultante da passagem do empírico ao discursivo que resulta em uma dada formação social²³. Para Dorneles (2017, p. 98), o lugar dá visibilidade a realidade estruturada e reveste o sujeito de características sociais, assim, “O discurso na sua circulação constitui lugares que são acolhidos na formação social e possibilitam determinar quem é quem e colocar cada um no seu lugar” (DORNELES, 2017, p. 98).

Outro termo utilizado em Análise do Discurso e que relaciona o sujeito enunciador e o do saber é a posição-sujeito, o qual “se dá no *funcionamento polêmico do discurso* em que o

²² O conceito de Formação Discursiva é um tema muito polêmico em Análise do Discurso, no momento será utilizado o conceito de Michel Pêcheux descrito da seguinte forma: “Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, determinado pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

²³ “A formação social reflete o lugar no qual os sujeitos estão/são representados, local em que acontece a instauração de inúmeras formações ideológicas” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 131)

sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição” (GRIGOLETTO, 2005, p. 155).

Para melhor entender a questão a autora explica que:

[...] diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito do saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos e podem ocupar uma mesma ou diferentes *posições*. Assim, aquela mesma forma-sujeito²⁴ (...) ao materializar saberes vindos do interdiscurso, pode ocupar diferentes posições de sujeito no discurso, ora se identificando com o saber da ciência, ora com o que ele julga ser o saber do leitor, ora [...] (GRIGOLETTO, 2005, p. 155).

Disso é possível compreender que o sujeito ao promover o interdiscurso, absorve elementos e os ressignificam como seus, tendo a impressão de que se constitui como ser originário. Ao colocar o discurso em prática, conforme o lugar social em que se encontra, assume a posição-sujeito pertinente. Como exemplo, pode-se citar um médico que se lança à carreira política, de acordo com o tipo de assunto/discurso que materializa, pode assumir tanto a posição-sujeito de médico quanto de político.

Nessa seara, Grigoletto (2005, p. 160) defende a possibilidade do uso do lugar discursivo como categoria de análise, justamente por “abrigar, no seu interior, diferentes e até contraditórias posições de sujeito” (GRIGOLETTO, 2005, p. 160). Para a autora:

O sujeito do discurso, ao se inscrever em um determinado lugar discursivo, vai se relacionar tanto com a forma-sujeito histórica e os saberes que ela abriga quanto a posição-sujeito. Assim, a relação do sujeito enunciador com o sujeito do saber e, conseqüentemente, com a posição-sujeito é deslocada para as relações de identificação/determinação do lugar discursivo tanto com a forma-sujeito histórica (ordem da constituição/do interdiscurso), quanto com a posição-sujeito (ordem da formulação/do intradiscurso) (GRIGOLETTO, 2005, p. 160).

Pois bem, a Carta de Antônio Palocci exprime justamente a contradição existente das posições de sujeito de filiado partidário e colaborador da justiça. Ao verificar o conteúdo do documento é possível compreender que há contradição entre a posição-sujeito colaborador da justiça (de onde materializa o discurso) e o filiado partidário (que basicamente lhe fundamenta o discurso). Investigando o documento, nota-se como a narrativa de Palocci é construída sob a carga ideológica decorrente da Formação Discursiva adquirida ao longo da agremiação petista que lhe circunscrevia. Mesmo sendo divulgada pelos meios de comunicação como um documento que representava o rompimento do autor com o PT, do documento pode se extrair

²⁴ De acordo com Grigoletto (2005, p. 155), a forma-sujeito é um dos processos do discurso em que ocorre a incorporação-dissimulação dos elementos constitutivos do interdiscurso, dando ao sujeito o imaginário de ser único.

que Antônio Palocci buscou criar circunstâncias narrativas que colocassem em dúvida a figura pública do representante máximo do Partido dos Trabalhadores (Lula) em benefício da própria autoimagem. Para tanto, fez uso da memória social, citando sua carreira militante que se confunde, em partes, com a trajetória histórica do partido.

Chama atenção no documento os posicionamentos que Palocci assume no decorrer das linhas, ora se colocando como um bom militante, ora se opondo aos desvios de condutas impetrados pelos filiados, principalmente pelo ex-presidente Lula. Porém, a forma como Palocci constrói seu discurso se baseia em memórias, em grande parte engajando a memória social presente no partido petista como forma de afirmação de suas ações individuais, isso aponta para uma tentativa de se conciliar com um grupo, buscando unir-se a ele novamente com base em causas comuns.

Em razão da extensão do documento, será necessário a análise em partes para tornar mais inteligível as retomadas de leitura com base nas informações prestadas. Em alguns casos, será informado o parágrafo, também, caso necessário, a linha do recorte analisado, sendo que o corpo do texto (desprezando o endereçamento e assinatura) foi enumerado a partir da primeira linha do primeiro parágrafo (linha 1) até a saudação final (linha 131). A Carta na integra encontra-se anexada ao final da presente pesquisa.

3.1 Análise do Discurso da Carta de Antônio Palocci

De início, é preciso notar como o autor faz as conjugações verbais. Boa parte dos verbos em primeira pessoa do singular são utilizadas na posição-sujeito colaborador da justiça, enquanto os verbos conjugados em primeira pessoa do plural são colocados a partir da posição-sujeito filiado partidário. O parágrafo 4º, linha 14, há o uso do verbo *decidir* que representa bem a colocação de sujeito colaborador da justiça, até porque no enunciado Palocci se coloca como consorte da justiça. Mesmo nessa fala na qual assume tornar-se um delator, Palocci coloca um contrapeso, alegando que para além da apuração das ilegalidades, suas atitudes servem para contribuir com melhorias legislativas.

1) Há alguns meses decidi colaborar com a Justiça, por acreditar ser este o caminho mais correto a seguir, buscando acelerar o processo em curso de apuração de ilegalidades e de reformas na legislação de procedimentos públicos e na legislação partidária-eleitoral, que reclamam urgente modernização.

Figura 1 parágrafo 4º

No parágrafo 16º ocorre uma evidente mudança da posição-sujeito, por meio de uma pergunta, e dessa vez com o *ver ser* conjugado no plural, Palocci se insere ao grupo petista.

Afinal, somos um partido político sob a liderança de pessoas
osso ou somos uma seita guiada por uma pretensa divindade?

Figura 2 parágrafo 16º

Retomando ao início da Carta (parágrafo 1º), verifica-se Palocci declarando *estranheza* ao tomar conhecimento o conteúdo do processo disciplinar aberto pelo partido contra sua pessoa, pois, acreditava que o interesse do PT seria em relação à condenação penal que lhe era imposta, uma vez que atingia valores éticos partidários, bem como o interesse pela linha de defesa que teria aderido. Palocci, inclusive, cita a crença de que esses fatos seriam enfrentados juntos (ele e PT), contudo o interesse do partido era de apurar ações éticas, em evidente represália às denúncias realizadas contra o ex-Presidente Lula.

Soube pela imprensa da abertura do processo disciplinar pelo PT-RP, bem como de minha suspensão pelo Diretório Nacional por 60 dias. Confesso minha estranheza sobre o conteúdo do referido processo. Neste último período, havia me preparado para enfrentar junto ao partido um procedimento de natureza ética frente à recente condenação que sofri na 13ª Vara Federal de Curitiba, pelo DD. Juiz Sérgio Fernando Moro. Pensava ser normal que o partido procurasse saber as razões que levaram a tal condenação e minhas eventuais alegações. Mas nada recebi sobre isso.

Figura 3 parágrafo 1º

Novamente analisando o parágrafo 4º²⁵, Palocci ao afirmar que *o caminho mais correto a seguir* (linha 15), se coloca a atender um requisito do acordo de colaboração premiada, o qual exige que, como consequência do termo firmado com a justiça, seja alcançada a utilidade e o interesse público em decorrência do ato delativo, conforme consta no art. 3º-A, da Lei 12.850/13. Palocci chega a citar que a finalidade da sua ação serve para *apuração de ilegalidades*. Necessário observar nessa passagem a fala de que há interesse em reformas legislativas públicas e partidárias, sendo que um dos fins que mais interessa a qualquer delator são os benefícios individuais que o instituto pode conceder, indo do perdão judicial à redução da pena ou substituição desta por penas restritivas de direitos, tudo conforme art. 4º, da Lei

²⁵ O parágrafo 4º encontra-se exposto na Figura 1.

12.850/13. Ocorre aqui uma omissão quanto ao interesse principal do delator – os benefícios concedidos pela justiça – para colocar em primeiro plano o interesse público. Mesmo subterfúgio utiliza no parágrafo 5º, ao expressar que defende o mesmo caminho para o PT, ou seja, que o partido buscasse um acordo de leniência²⁶ com a justiça, como se a ele ainda coubesse decisões/opiniões acerca da direção partidária. Para dar maior credibilidade aos seus argumentos, Palocci cita nomes de integrantes da cúpula partidária.

2) Defendo o mesmo caminho para o PT. Há pouco mais de um ano tive oportunidade de expressar essa opinião de uma maneira informal a Lula e Rui Falcão, então presidente do PT, que naquela oportunidade transmitia uma proposta apresentada por João Vaccari, para que o PT buscasse um processo de leniência na Lava Jato.

Figura 4 parágrafo 5º

No parágrafo 6º há uma expressa expectativa acerca do que seus atos podem acarretar, uma vez que a consequência perante a justiça tinha uma decisão certa (até àquele momento), pois, ele era réu confesso, somava-se a isso o fato de existirem outras provas que contribuía para decisão judicial. Motivo pelo qual Palocci se colocou a aceitar quaisquer procedimentos instaurados pelo PT para avaliar sua conduta ética referente aos crimes cometidos, colocou-se também disposto a aceitar o que chamou de *contingências históricas* (linha 26), ou seja, as imprevisibilidades que essas ações acarretariam ao longo da história. Nota-se que a aceitação do porvir está contextualizada dentro do partido e não fora dele.

3) Estou disposto a enfrentar qualquer procedimento de natureza ética no partido sobre as ilegalidades que cometi durante nossos governos, as razões e as circunstâncias que me levaram a estes atos e, mesmo considerando a força das contingências históricas, suportar pessoalmente as punições que o partido julgar cabíveis.

Figura 5 parágrafo 6º

Nos parágrafos 7º, 8º e 9º Palocci se coloca na posição do sujeito delator, uma vez que concorda em colaborar com o partido em questões que não sejam pertinentes com os crimes relatados no acordo de colaboração premiada, pois, correm em segredo de justiça, segundo art.

²⁶ O acordo de leniência se equipara ao acordo de colaboração premiada, porém, aplicável as pessoas jurídicas.

7º, § 3º, Lei nº 12.850/13, podendo, inclusive, estar sujeito a mais uma sanção caso não cumpra as determinações, conforme art. 20 da mesma lei. Porém, ainda demonstrando interesse pelo partido, declara *disposição de responder aos questionamentos (...) sobre qualquer tema, logo após os prazos legais* (linhas 34 e 35), mas em seguida volta a posição-sujeito de colaborador da justiça ao colocar que todos os fatos denunciados *são absolutamente verdadeiros* (linhas 39 e 40) isso em razão dele ter presenciado os crimes. Por fim, Palocci declara que sua motivação é o alcance da verdade em relação a todos os envolvidos.

4) Não vejo possibilidade, entretanto, de colaborar no processo aberto pelo partido sobre minhas afirmações quanto às responsabilidades do ex-Presidente Lula nas situações citadas por ocasião do interrogatório de 06/09/2017. Isso porque tais questões fazem parte do processo de negociação com o MPF, e tal procedimento encontra-se envolto em sigilo legal. Foi por isso que naquela oportunidade limitei-me a fatos relacionados àquele processo. Dito isto, declaro minha disposição de responder aos questionamentos do partido sobre qualquer tema, logo após os prazos legais.

Figura 6 parágrafo 7º

5) De qualquer forma, quero adiantar que, sobre as informações prestadas em 06/09/2017 (compra do prédio para o Instituto Lula, doações da Odebrecht ao PT, ao Instituto e a Lula, reunião com Dilma e Gabrielli sobre as sondas e a campanha de 2010, entre outros) são fatos absolutamente verdadeiros. São situações que presenciei, acompanhei ou coordenei, normalmente junto ou a pedido do ex-Presidente Lula. Tenho certeza que, cedo ou tarde, o próprio Lula irá confirmar tudo isso, como chegou a fazer no "mensalão", quando, numa importante entrevista concedida na França, esclareceu que as eleições do Brasil eram todas realizadas sob a égide do caixa dois, e que era assim com todos os partidos. Naquela oportunidade ele parou por aí, mas hoje sabemos que é preciso avançar na abertura da caixa preta dos partidos e dos governos, para o bem do futuro do país.

Figura 7 parágrafo 8º

6) Ressalto que minha principal motivação nesse momento é que toda a verdade seja dita, sobre todos os personagens envolvidos.

Figura 8 parágrafo 9º

Percebe-se nesses três parágrafos uma flutuação do sujeito entre justiça e partido, se ele se comprometeu com a primeira por meio de um acordo, cujo resultado estaria ligado com

benefícios pessoais, por qual motivo pretende ainda colaborar com partido que mais adiante, na Carta, utilizando o verbo *somos*, vai argumentar se é mesmo um partido político ou *uma seita guiada por uma pretensa divindade* (parágrafo 16º, linha 91).

No parágrafo 10º o autor recorre ao termo *caminho* (linha 51), assim como fez no parágrafo 4º²⁷ (linha 15), para dar ênfase na decisão que tomou ao colaborar com a justiça, contudo, não deixa de fazer uso do pronome possessivo *nosso* (linha 53) como maneira de se inserir ao grupo petista. Isso denota o recurso de recorrer à memória social, retomando às práticas partidárias vivenciadas por ele e demais integrantes e, ao colocar o caminho dele justaposto ao dos demais petistas (parágrafo 5º) deixa explícito a expectativa que cria em estar inserido ao meio que lhe construiu ideologicamente.

7) Sob o ponto de vista político, estou bastante tranquilo em relação a minha decisão. Falar a verdade é sempre o melhor caminho. E, neste caso, não posso deixar de registrar a evolução e o acúmulo de eventos de corrupção em nossos governos e, principalmente, a partir do segundo governo Lula.

Figura 9 parágrafo 10º

A colocação como bom militante segue nos parágrafos posteriores, sempre rememorando suas ações, contrapondo-as às práticas criminosas cometidas por outro membro (Lula), o qual não foi submetido a nenhum procedimento interno do PT, mesmo existindo provas robustas de práticas delitivas. Conclama, inclusive, outros nomes petistas para demonstrar o sentimento de frustração que tomou conta do grupo ao presenciar o pedido de propina *sem cerimônias* (parágrafo 13º, linha 77) pelo ex-presidente Lula durante encomendas de sondas petrolíferas. É a desqualificação de uma autoridade por meio de uma denúncia, a qual pode ser confirmada pelas testemunhas citadas.

Um dia, Dilma e Gabrielli dirão a perplexidade que tomou conta de nós após a fatídica reunião na biblioteca do Alvorada, onde Lula encomendou as sondas e as propinas, no mesmo tom, sem cerimônias, na cena mais chocante

²⁷ Figura 1

que presenciei do desmonte moral da mais expressiva liderança popular que o país construiu em toda nossa história.

Figura 10 parágrafo 13º

O inconformismo de Palocci, após fazer uso de testemunhas criminais contra Lula, se expressa quando emplaca *é por essas razões que não compreendo o processo aberto agora* (parágrafo 14º, linhas 81 e 82), se para o ex-presidente Lula nada foi feito mesmo o PT sabendo de tantos desvios.

Enfim, é por todas essas razões que não compreendo o processo aberto agora. Enquanto os fatos me eram imputados e eu me mantive calado não se cogitava minha expulsão. Ao contrário, era enaltecido por um palavrorio vazio. Agora que resolvo mudar minha linha de defesa e falar a verdade, me vejo diante de um tribunal inquisitorial dentro do próprio PT. Qual o critério do partido? Processos em andamento? Condenações proferidas? Se é este o critério, o processo de expulsão não deveria recair apenas contra mim.

Figura 11 parágrafo 14º

Em seguida Palocci se inclui novamente ao grupo e ataca veemente Lula ao escrever *Até quando vamos fingir acreditar na autoproclamação do 'homem mais honesto do país'* (parágrafo 15º, linhas 87 e 88), deslegitimando o ex-presidente. E segue chamando todos a se unirem dizendo *chegou a hora da verdade para nós* (parágrafo 17º, linha 92) e os clamam para modificar o destino do PT, atribuindo as novas lideranças a possibilidade de mudar a história petista.

Até quando vamos fingir acreditar na autoproclamação do "homem mais honesto do país" enquanto os presentes, os sítios, os apartamentos e até o prédio do Instituto (!!) são atribuídos a Dona Marisa?

Figura 12 parágrafo 15º

Chegou a hora da verdade para nós. De minha parte, já virei essa página. Ao chegar ao porto onde decidi chegar, queimei meus navios. Não há volta. Depurar e rejuvenescer o partido, recriar a esperança de um exercício saudável da política será tarefa para nossos novos e jovens líderes. Minha geração talvez tenha errado mais do que acertado. Ela está esgotada. E é nossa obrigação abrir espaço a novas lideranças, reconhecendo nossas graves falhas e enfrentando a verdade. Sem isso, não haverá renovação.

Figura 13 parágrafo 17º

Ao aproximar-se do fim do discurso, Palocci novamente utiliza o recurso da memória coletiva trazendo aos olhos dos leitores seu protagonismo militante desde o início da fundação do PT na cidade de Ribeirão Preto (SP). Passando pela participação de campanha eleitoral de presidente e posterior gestão presidencial – tudo pelo PT. Sempre fazendo uso de pronomes/conjugações em primeira pessoa do plural para demonstrar o pertencimento ao grupo, é a autolegitimação através de recursos históricos do qual pertenceu. Para concluir o texto, o autor aponta caminhos, se coloca à disposição e a aceitação das decisões partidárias, por fim, oferece a sua desfiliação a diretora do PT.

O discurso de Palocci oscila entre a posição-sujeito colaborador da justiça e o filiado partidário, colocando em vários momentos suas decisões/atitudes como corretas (ainda que aos olhos do partido tenha ocorrido uma traição), sugerindo ao grupo petista que lhe seguisse. Vale observar que a construção do texto se deu a partir da posição-sujeito colaborador da justiça, enquanto se encontrava privado da liberdade e sob circunstâncias judiciais que lhe colocavam restrições de fala, com a finalidade de manter em sigilo as informações prestadas a justiça acerca dos crimes cometidos pelo governo do PT frente à administração do Brasil. É de se estranhar como alguém sob essa situação, ocupando uma determinada posição-sujeito, consiga alternar com tanta frequência para uma outra posição.

Para Foucault (2008, p. 57), o discurso é legitimado a partir de lugares que são resultantes de um meio quantificável pela frequência discursiva e passíveis de reconhecimento pelos antecedentes que lhe constituem. Assim, a posição-sujeito, de acordo com Foucault (2008, p. 58), pode ser definida pela relação de domínio que o falante mantém com o que o define enquanto ser social. É claro que o discurso propalado no lugar social que circunda o sujeito histórico não é homogêneo, motivo pelo qual Grigoletto (2005, p. 158) vai afirmar que tanto sujeito quanto o discurso são dispersos, e essa dispersão “se dá nos ‘diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que o sujeito pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala’” (GRIGOLETTO *apud* FOUCAULT, 2005, p.158). É isso o que ocorre com Palocci, ao modificar tão constantemente a posição-sujeito, demonstra o quão influente é a exterioridade que lhe constituiu, isso porque maior parte de sua ideologia discursiva advém da carreira política junto ao Partido dos Trabalhadores. Pressuposto que serve de fundamento para contrariar as divulgações midiáticas que colocaram o discurso de Palocci como um rompimento com o PT. Após verificar a constante flutuação entre posições-

sujeito, a conformação ideológica e demais indícios materializados na Carta, é possível perceber mais uma tentativa de se manter junto ao grupo do que realmente se desvincular.

Essa afirmação ganha reforço com a fala final de Palocci na Carta (parágrafo 26º), quando se verifica a oferta de desfiliação e não o pedido. Colocando a decisão de desligá-lo ou não nas mãos da presidente do PT, naquele momento ocupado por Gleisi Hoffmann.

Por todas essas razões, ofereço a minha desfiliação, e o faço sem qualquer ressentimento ou rancores. Meu desligamento do partido fica então à vossa disposição.

Figura 14 parágrafo 26º

Ainda no parágrafo 26º, é possível observar a palavra *ressentimento* (linha 129). Para Teles (2018, p. 44), o discurso político deve ser entendido além do que aparenta significar, uma vez que “é o lugar social do jogo de máscaras”, assim as palavras não devem ser analisadas com base em seu significado superficial, mas sim a partir de um jogo de estratégias, pois, “Sempre no que é dito (...) haverá o que não é dito, que também é dito, mesmo sem ser percebido” (TELES *apud* CHARAUDEAU, 2017, P. 44). Bresciani e Naxara (2004, p. 20-21) descreve o ressentimento como uma disposição resultante do ódio recalçado, quase sempre indissociável de algumas aspirações ou desejos de vingança. Pois, se Palocci disse não haver ressentimento, pelo não-dito pode se perceber que em algum momento esse sentimento existiu, talvez nele mesmo, ou em algum outro personagem envolto à toda polêmica do contexto de formulação da Carta. Isso se justifica, em partes, da experimentação do sentimento de humilhação, o qual “é a experiência do amor-próprio ferido” (BRESCIANI E NAXARA, 2004, p. 22). Nesse caso, o ressentimento como resultante de um ódio recalçado – fruto de uma humilhação - tem uma função, “O ódio recalçado e depois manifestado cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo” (BRESCIANI E NAXARA, 2004, p. 22).

É por isso que Palocci se manifesta na Carta emblematicamente como personagem sócio-histórico do Partido dos Trabalhadores, utilizando Lula como figura de ataque, lhe atribuindo fatos criminosos e omitindo os seus. Assim sendo, é preciso entender que, conforme Marques (2013, P. 442), o sujeito histórico ocupando o lugar discursivo, precisa ressaltar sua competência, se autolegitimando em detrimento aos outros, motivo pelo qual faz uso da linguagem de modo a influenciar um grande número de interlocutores, por vezes infringindo o

respeito ao próximo e extrapolando o bom senso, tendendo a “pender para o espetáculo político” (MARQUES, 2013, P. 442).

Então, após leitura do documento e analisar alguns recursos linguísticos específicos, verifica-se que o discurso de Antônio Palocci não retrata o rompimento com o PT, ao contrário, visa manter-se inserido ao grupo. A produção dos efeitos de verdade, uma marca dos discursos políticos, de acordo com Marques (2013, p. 448), é constatada com a citação de testemunhas, incluindo dirigentes do partido, soma-se a isso a presença do nome do algoz dos indiciados da Lava Jato, o então juiz Sérgio Moro. Palocci também faz o uso da memória social, levantando informações pessoais que remetem à coletividade partidária, inclusive a lembrança da fundação da agremiação na cidade de Ribeirão Preto. Os verbos em primeira pessoa do plural e os pronomes possessivos são outros meios que o autor lança no texto como recurso discursivo, o que lhe permite dialogar com o destinatário, porém, o receptor da mensagem não é apenas a presidente do partido, mas sim todos os filiados, bem como o público em geral que teve acesso ao documento.

Essa conclusão remete ao fato de que há no sujeito histórico o interesse em manter (ou expandir) o poder. O momento delicado de Palocci, o qual se encontrava privado da liberdade, exposto a um processo disciplinar que lhe custaria a vinculação partidária, que poderia acarretar em um total desprestígio político, situação inaceitável para alguém que passou boa parte da vida se dedicando a esse campo, assim, é de se compreender que o discurso seria o caminho mais óbvio para reverter a situação, mesmo que parcialmente, pois, “em situações menos marcadas pela tensão o discurso já é objeto de desejo e poder, quanto mais no discurso político” (MARQUES, 2013, p.449).

Por fim, aos historiadores públicos seria possível, quando da divulgação da Carta de Palocci nas mídias de divulgação, a exposição de fatos sócio-históricos pertinentes ao autor do documento, demonstrando como o discurso propalado era resultado do ideológico político constituinte do sujeito histórico. Uma proposta diferente das demais veiculadas nas páginas informativas preocupadas com o imediatismo da notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso, como efeito de pronunciamento ao público, é uma matéria-prima quase que inesgotável para a História. Além da capacidade do ser humano (re)produzir novos repertórios, também a ciência histórica é capaz (e pode) de se debruçar sobre novos conteúdos, assim como lançar novas perguntas aos discursos já submetidos aos questionamentos científicos.

Mas, quando se quer indagar historicamente um discurso a partir dos pressupostos de Análise do Discurso, é preciso ter em mente que não se busca um sentido único e verdadeiro ao texto, afinal, não se está praticando uma interpretação textual, mas sim uma análise do objeto simbólico (aqui materializado na Carta) e como ele produz sentidos para os envolvidos discursivamente. Contudo, há de se frisar, que não há um método único para que desenvolva esse estudo, Orlandi (2015, p. 27) vai lembrar que é responsabilidade do analista formular as questões que visam atender a análise. Essa é a parte que cabe a flexibilização ao pesquisador, uma vez que é ele quem busca por respostas, em contrapartida, e sem margens a discricionariedade, está o método científico, o qual impõe regras a serem obedecidas.

Os parâmetros que compõem os procedimentos aptos a produzir conhecimento científico, são a linha tênue que separa pesquisas sérias capazes de produzir cognição a quem tem acesso, da grande massa de exposições divulgadas nas redes digitais. Por esse motivo que a lacuna deixada pelos historiadores diante das divulgações de discursos políticos deve ser ocupada. Conforme demonstrado anteriormente, várias páginas jornalísticas se colocaram incontinenti a dar vazão a Carta de Antônio Palocci, o que é normal para rapidez exigida dos noticiários, mas a forma como abordaram o conteúdo do documento não condiz com a colocação sócio-histórico do sujeito que produziu o texto. Uma conjuntura que poderia ser analisado (também) por historiadores, dando uma versão distinta ao grande público, mas que, no entanto, não se colocaram a fazer²⁸.

Nesse cenário, no qual o tempo de pesquisa está demasiadamente contíguo ao tempo de nascimento do documento, a proximidade entre as profissões dos jornalistas e historiadores se mostra muito manifesta, mas tem que ser. Primeiramente porque dividem, em se tratando de assuntos pertinentes a História do Tempo Presente, o mesmo material de pesquisa. Depois, pelo fato de que a mudança de cultura alfabética para digital impõe essas circunstâncias. Assim, é

²⁸ A ausência dos historiadores nesse evento específico é um fator que merece uma verificação própria. Há várias possibilidades para isso, dentre as possíveis, existe a questão do não convite dos meios comunicação/divulgação em não estender à classe o convite para manifestar-se acerca do tema.

preciso reconhecer que há nos discursos políticos certa emergência de análise, pois, comumente sua materialização são pretensiosas de alcançar resultados junto aos interlocutores.

Mas, é importante sempre lembrar que, apesar da afirmação de que discursos políticos têm como objetivo modificar/alimentar/influenciar àqueles que o recebem, sob a óptica da Análise do Discurso, a ideologia presente no conteúdo são alheias à vontade do agente que se pronuncia. Como visto, há toda uma rede de construção intradiscursiva no sujeito histórico resultante dos múltiplos diálogos mantidos ao decorrer de sua existência. Assim, inconscientemente, o simbólico é a manifestação dos outros em si, como se a fonte originária fosse o próprio sujeito, mas que, no entanto, não é. O uso da memória, inclusive, é suscitado nessas circunstâncias, uma vez que o sujeito histórico busca constantemente se inscrever em um círculo social como se parte dele fizesse, ainda que se encontre afastado daquele meio.

São vários os recursos utilizados para o sujeito atingir essas finalidades, em partes com vistas a manter parte do poder que desfrutava enquanto membro do grupo. Contudo, o afloramento de uma posição-sujeito se sobrepondo a outra torna-se evidente analisando o modo como o discurso foi construído. Lembrando, é claro, que tudo se dá sem o acesso ao inconsciente, uma vez que a opacidade da língua é proveniente da interação entre linguagem e ideologia. O que se pode afirmar como uso de algo consciente, são as estratégias de sedução utilizadas, haja vista Palocci recorrer a lembranças sócio afetivas de uma história a qual pertenceu, ou seja, a história partidária petista. Em suma, o uso da memória social (dirigida a uma finalidade) é algo intencional no discurso palocciano, pois, recorrendo novamente aos ensinamentos de Ansart (2019, p. 65), o simbólico tem por fim modificar as relações sociais, sendo que é constituído de uma parte consciente que é direcionada aos objetivos a serem alcançados, e outra inconsciente que são os dispositivos construto-discursivos.

Como visto, Antônio Palocci em vários momentos modificou sua posição-sujeito, o que demonstra como a carga ideológica que o constitui é determinante em sua Formação Discursiva. Isso leva a crer que as divulgações colocadas pela imprensa não condizem realmente com a colocação de que Palocci rompia definitivamente com o PT. Na verdade, tudo indica que a pretensão maior era manter-se junto ao grupo, diminuir o desgaste da imagem pública e manter parte do poder que desfrutava enquanto político militante petista.

São pontos retomados da pesquisa para esclarecer a importância de se analisar o discurso de Palocci. Os historiadores se furtaram a manifestarem-se diante da Carta, assim como se furtam de novos discursos proferidos quase que diariamente. Não se deve equalizar esse apontamento de forma unânime, mas são espaços que merecem uma maior colocação dos historiadores, um segundo ponto de vista, uma opinião sob o viés histórico. Vale apontar o

detalhe de que o discurso sempre foi objeto de análise histórica, mas a cobrança, nesse momento, é para que se encurte a manifestação entre a criação e a análise, que os historiadores colaborem com a consciência histórica, social e com o exercício da cidadania.

FONTES

Curitiba/PR, 26 de setembro de 2017.

Ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
A/C Sra. Presidente GLEISI HOFFMANN

Senhora Presidente,

Soube pela imprensa da abertura do processo disciplinar pelo PT-RP, bem como de minha suspensão pelo Diretório Nacional por 60 dias. Confesso minha estranheza sobre o conteúdo do referido processo. Neste último período, havia me preparado para enfrentar junto ao partido um procedimento de natureza ética frente à recente condenação que sofri na 13ª Vara Federal de Curitiba, pelo DD. Juiz Sérgio Fernando Moro. Pensava ser normal que o partido procurasse saber as razões que levaram a tal condenação e minhas eventuais alegações. Mas nada recebi sobre isso.

Recebo agora as notícias de abertura de procedimento ético em razão das minhas declarações no interrogatório judicial ocorrido no último dia 06/09/2017, sobre ilegalidades que cometi durante os governos de nosso partido.

O procedimento questiona minhas afirmações a respeito do ex-Presidente Lula. Sobre isso, tenho a dizer que:

1) Há alguns meses decidi colaborar com a Justiça, por acreditar ser este o caminho mais correto a seguir, buscando acelerar o processo em curso de apuração de ilegalidades e de reformas na legislação de procedimentos públicos e na legislação partidária-eleitoral, que reclamam urgente modernização.

2) Defendo o mesmo caminho para o PT. Há pouco mais de um ano tive oportunidade de expressar essa opinião de uma maneira informal a Lula e Rui Falcão, então presidente do PT, que naquela oportunidade transmitia uma proposta apresentada por João Vaccari, para que o PT buscasse um processo de leniência na Lava Jato.

3) Estou disposto a enfrentar qualquer procedimento de natureza ética no partido sobre as ilegalidades que cometi durante nossos governos, as razões e as circunstâncias que me levaram a estes atos e, mesmo considerando a força das contingências históricas, suportar pessoalmente as punições que o partido julgar cabíveis.

4) Não vejo possibilidade, entretanto, de colaborar no processo aberto pelo partido sobre minhas afirmações quanto às responsabilidades do ex-Presidente Lula nas situações citadas por ocasião do interrogatório de 06/09/2017. Isso porque tais questões fazem parte do processo de negociação com o MPF, e tal procedimento encontra-se envolto em sigilo legal. Foi por isso que naquela oportunidade limitei-me a fatos relacionados àquele processo. Dito isto, declaro minha disposição de responder aos questionamentos do partido sobre qualquer tema, logo após os prazos legais.

5) De qualquer forma, quero adiantar que, sobre as informações prestadas em 06/09/2017 (compra do prédio para o Instituto Lula, doações da Odebrecht ao PT, ao Instituto e a Lula, reunião com Dilma e Gabrielli sobre as sondas e a campanha de 2010, entre outros) são fatos absolutamente verdadeiros. São situações que presenciei, acompanhei ou coordenei, normalmente junto ou a pedido do ex-Presidente Lula. Tenho certeza que, cedo ou tarde, o próprio Lula irá confirmar tudo isso, como chegou a fazer no “mensalão”, quando, numa importante entrevista concedida na França, esclareceu que as eleições do Brasil eram todas realizadas sob a égide do caixa dois, e que era assim com todos os partidos. Naquela oportunidade ele parou por aí, mas hoje sabemos que é preciso avançar na abertura da caixa preta dos partidos e dos governos, para o bem do futuro do país.

6) Ressalto que minha principal motivação nesse momento é que toda a verdade seja dita, sobre todos os personagens envolvidos.

7) Sob o ponto de vista político, estou bastante tranquilo em relação a minha decisão. Falar a verdade é sempre o melhor caminho. E, neste caso, não posso deixar de registrar a evolução e o acúmulo de eventos de corrupção em nossos governos e, principalmente, a partir do segundo governo Lula.

Vocês sabem que procurei ajudar no projeto do PT e do presidente Lula em todos os momentos. Convivi com as dificuldades e os avanços. Sabia o quanto seria difícil passar por tantos desafios políticos sem qualquer desvio ético. Sei dos erros e ilegalidades que cometi e assumo minhas responsabilidades. Mas não posso deixar de destacar o choque de ter visto Lula sucumbir ao pior da política no melhor dos momentos de seu governo. Com o pleno emprego conquistado, com a aprovação do governo a níveis recordes, com o advento da riqueza (e da maldição) do pré-sal, com a Copa do Mundo, com as Olimpíadas, “o cara”, nas palavras de Barack Obama, dissociou-se definitivamente do menino retirante para navegar no terreno pantanoso do sucesso sem crítica, do “tudo pode”, do poder sem limites, onde a corrupção, os desvios, as disfunções que se acumulam são apenas detalhes, notas de rodapé no cenário entorpecido dos petrodólares que pagarão a tudo e a todos.

Alguém já disse que quando a luta pelo poder se sobrepõe à luta pelas ideias, a corrupção prevalece. Nada importava, nem mesmo o erro de eleger e reeleger um mau governo, que redobrou as apostas erradas, destruindo, uma a uma, cada conquista social e cada um dos avanços econômicos tão custosamente alcançados, sobrando poucas boas lembranças e desnudando toda uma rede de sustentação corrupta e alheia aos interesses do cidadão. Nós, que nascemos diferentes, que fizemos diferente, que sonhamos diferente, acabamos por legar ao país algo tão igual ao pior dos costumes políticos.

Um dia, Dilma e Gabrielli dirão a perplexidade que tomou conta de nós após a fatídica reunião na biblioteca do Alvorada, onde Lula encomendou as sondas e as propinas, no mesmo tom, sem cerimônias, na cena mais chocante

que presenciei do desmonte moral da mais expressiva liderança popular que o país construiu em toda nossa história.

Enfim, é por todas essas razões que não compreendo o processo aberto agora. Enquanto os fatos me eram imputados e eu me mantive calado não se cogitava minha expulsão. Ao contrário, era enaltecido por um palavrorio vazio. Agora que resolvo mudar minha linha de defesa e falar a verdade, me vejo diante de um tribunal inquisitorial dentro do próprio PT. Qual o critério do partido? Processos em andamento? Condenações proferidas? Se é este o critério, o processo de expulsão não deveria recair apenas contra mim.

Até quando vamos fingir acreditar na autoproclamação do “homem mais honesto do país” enquanto os presentes, os sítios, os apartamentos e até o prédio do Instituto (!!) são atribuídos a Dona Marisa?

Afinal, somos um partido político sob a liderança de pessoas de carne e osso ou somos uma seita guiada por uma pretensa divindade?

Chegou a hora da verdade para nós. De minha parte, já virei essa página. Ao chegar ao porto onde decidi chegar, queimei meus navios. Não há volta. Depurar e rejuvenescer o partido, recriar a esperança de um exercício saudável da política será tarefa para nossos novos e jovens líderes. Minha geração talvez tenha errado mais do que acertado. Ela está esgotada. E é nossa obrigação abrir espaço a novas lideranças, reconhecendo nossas graves falhas e enfrentando a verdade. Sem isso, não haverá renovação.

E tenho razões ainda maiores. Nas últimas décadas, sempre me decidi pelo PT, pela política, e minha família sempre aceitou, suportou e sofreu com isso. Agora decidi pela minha família! E o fiz com a alma tranquila.

Desde que fundei o PT há 36 anos, em Ribeirão Preto com um grupo de amigos, na sede do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, entre 1980/1981, dediquei-me totalmente ao partido, à política e a nossos governos.

Tive a honra e a felicidade de ser vereador e prefeito de minha cidade por duas vezes. Tive a honra de servir aos governos de Lula e Dilma. Enfrentei como Ministro da Fazenda uma das mais duras crises econômicas de nossa história, mas a competência de meus assessores permitiu um trabalho com fortes e duradouros resultados. Nunca supus que o governo tenha desandado com minha saída em 2006. Na verdade, o caminho até a crise de 2008 foi, do ponto de vista do projeto de desenvolvimento, de grande sucesso. Mas, como o ovo da serpente, já se via, naqueles melhores anos, a peçonha da corrupção se criando para depois tomar conta do cenário todo.

Coordenei várias campanhas eleitorais, em vários níveis e pude acompanhar de perto a evolução de nosso poder e nossa deterioração moral. Assumo toda as minhas responsabilidades quanto a isso, mas lamento dizer que, nos acertos e nos erros, nos trabalhos honrados e nos piores atos de ilicitudes, nunca estive sozinho.

Por isso concluo:

1) Continuo a apoiar a proposta de leniência do PT.

2) Após respeitar os prazos legais de sigilo quanto a minha colaboração com a Justiça, terei toda a disposição para esclarecer e depor perante o partido sobre todos esses temas.

3) Com humildade, aceitarei qualquer penalidade aprovada. Mas ressalto que não posso fazê-lo neste momento e neste formato proposto pelo partido onde quem fala a verdade é punido e os erros e ilegalidades são varridos para debaixo do tapete.

Por todas essas razões, ofereço a minha desfiliação, e o faço sem qualquer ressentimento ou rancores. Meu desligamento do partido fica então à vossa disposição.

Saudações cordiais,



ANTONIO PALOCCI FILHO

Figura 18 Carta de Antônio Palocci

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Tradução Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. 2. ed. São Paulo: Arx, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. Senado Federal. **Sérgio Moro é eleito senador pelo Paraná**. 2022a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/02/sergio-moro-e-eleito-senador-pelo-parana>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ex-procurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol é o mais votado no PR**. 2022b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911514-ex-procurador-da-lava-jato-deltan-dallagnol-e-o-mais-votado-no-pr/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **STJ condena ex-procurador Dallagnol a indenizar Lula em R\$ 75 mil por entrevista do PowerPoint**. 2022c. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22032022-STJ-condena-ex-procurador-Dallagnol-a-indenizar-Lula-em-R--75-mil-por-entrevista-do-PowerPoint.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral - TSE. **TSE proclama eleitos presidente e vice-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin**. 2022d. Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tse-proclama-eleitos-presidente-e-vice-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-e-geraldo-alkmin>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Biblioteca Presidência Da República. **Biografia**. 20--?. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula. **História Pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CASTRO, Fernando; NUNES, Samuel; NETTO, Vladimir. **Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma**. G1. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da fala pública: Uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. **A Dispersão do Sujeito em Lugares Discursivos Marcado**. Cruz Alta: Ilustração, 2017.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan./jun., 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GAZETA DO POVO. **Palocci deixa o PT: ‘Fiquei chocado ao ver Lula sucumbir ao pior da política’**. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/palocci-deixa-o-pt-fiquei-chocado-ao-ver-lula-sucumbir-ao-pior-da-politica-9k9qsfm9odk8ga9w1hy94zszt/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito. *In: Anais do Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2005. Disponível em: www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/.../EvandraGrigoletto.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

JORNAL DA CIDADE. **Carta de Palocci ao PT retrata toda a imoralidade de Lula e deve ser lembrada todos os dias**. 2022. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/35918/carta-de-palocci-ao-pt-retrata-toda-a-imoralidade-de-lula-e-deve-ser-lembrada-todos-os-dias-veja-o-video>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KELLEY, Robert. Public History. Its origins, nature and prospects. **The Public Historian**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Glossário de Termos do Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

LOPES, Nathan. **Deltan pediu para tirar foto de Lula de PowerPoint: ‘Tá ficando shou’**. UOL. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/18/deltan-powerpoint-lula-lava-jato.htm> Acesso em: 20 mar. 2022.

LUCCHESI, Anita. **Por um debate sobre História e Historiografia Digital**. Boletim Historiar, n. 02, p. 45-57, mar./abr., 2014. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar> Acesso em: 25 fev. 2022.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MARQUES, Welisson. Discurso, Mídia e Política: *Da Utopia ao Caos* sob análise. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, v. 17, n. 2, jun., 2016.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **Hist.crit.**, n. 68, abr./jun., 2018.

MELLO, Ricardo Marques de. **Como a Escrita da História é Elaborada**. Curitiba: Casa Editorial, 2022.

MELLO, Ricardo Marques de. As três durações de Fernand Braudel no Ensino de História: proposta de atividade. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 237-254, 2017.

MILITÃO, Eduardo. **Lava Jato: Palocci tem condenação anulada e é liberado de usar tornozeleira**. UOL. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/23/justica-autoriza-palocci-retirar-tornozeleira-condenacao-anulada.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio – Perspectivas Contemporâneas da Pesquisa Histórica. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, jul./dez. 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 286-309, jan./mar. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. Servir bem para servir sempre? Técnica, mercado e o ensino de história pública. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 135-157, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.

SILVEIRA, Pedro Telles da. O historiador com CNPJ: depressão, mercado de trabalho e história pública. **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0204/11680>.

Acesso em: 11 jan. 2023.

TELES, Tayson Ribeiro. **Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais**. Estação Científica (UNIFAP), ISSN 2179-1902. Macapá, v. 7, n. 1, p. 33-48, jan./abr. 2017.

WERLE, Bibiana. Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 21, p. 429 - 449. maio/ago. 2017.

ANEXO

Notícias referentes à Carta de Antônio Palocci		
Notícia	Página	Data
Leia a íntegra da carta em que Palocci rompe com o PT e busca acerto de contas com o partido.	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/26/leia-a-integra-da-carta-em-que-palocci-rompe-com-o-pt-e-busca-acerto-de-contas-com-o-partido.htm	26/09/2017
Em carta, Palocci pede desfiliação do PT: 'Somos um partido ou uma seita guiada por uma pretensa divindade?'	https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/ox-ministro-antonio-palocci-escreve-carta-pedindo-desfiliacao-do-pt.html	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT e reage a Lula: 'Somos um partido ou uma seita?'	Jornaldocomarca.com/_conteudo/2017/09/politica/587652-palocci-pede-desfiliacao-do-pt-e-reage-a-lula-somos-um-partido-ou-uma-seita.html	26/09/2017
EM CARTA, PALOCCI PEDE DESFILIAÇÃO DO PT: "ME VEJO EM UM TRIBUNAL INQUISITORIAL NO PT"	https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/repotagem/am-carta-palocci-pede-desfiliacao-do-pt-me-vejo-em-um-tribunal-inquisitorial-no-pt/	26/09/2017
Palocci se adianta e pede desfiliação do PT em carta com conteúdo explosivo	https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/palocci-se-adianta-e-pede-desfiliacao-do-pt-em-carta-com-conteudo-explosivo/	26/09/2017
Palocci diz em carta ao PT que viu Lula "sucumbir ao pior da política"	https://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2017-09/palocci-diz-em-carta-ao-pt-que-viu-lula-sucumbir-ao-pior-da-politica	26/09/2017
Palocci pede desfiliação em carta duríssima entregue ao PT	https://veja.abril.com.br/coluna/radar/palocci-pede-desfiliacao-em-carta-durissima-entregue-ao-pt/	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT: "somos um partido ou uma seita?"	https://exame.com/brasil/palocci-pede-desfiliacao-do-pt/	26/09/2017
Em carta, Palocci questiona o PT e pede desfiliação. Leia a íntegra	https://gauchanh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/09/am-carta-palocci-questiona-o-pt-e-pede-desfiliacao-leia-a-integra-cj828gje019o01mj8afujfm.html	26/09/2017
Em carta, Palocci pede desfiliação do PT: "sem ressentimentos e ou rancores"	https://ultimossegundo.ig.com.br/politica/2017-09-26/palocci-carta-pt.html	26/09/2017
PT confirma saída de Palocci e diz: 'Mantém em troca de benefícios'	https://noticias.r7.com/brasil/pt-confirma-saida-de-palocci-e-diz-mantem-em-troca-de-beneficios-26092017	26/09/2017
Em carta dura, Palocci pede desfiliação do PT	https://www.osantagonista.com/brasil/am-carta-dura-palocci-pede-desfiliacao-pt/	26/09/2017
Palocci deixa o PT: 'Fiquei chocado ao ver Lula sucumbir ao pior da política'	https://www.gazetadopovo.com.br/politica/república/palocci-deixa-o-pt-fiquei-chocado-ao-ver-lula-sucumbir-ao-pior-da-politica-989qcfm9o8k8ga9w1hy94axz/	26/09/2017
Palocci pede para sair e questiona honestidade de Lula	Em.com.br/app/noticia/politica/2017/09/26/interna_politica,903734/palocci-pede-para-sair-e-questiona-honestidade-de-lula.shtml	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT – confirma íntegra da carta	https://paranaportal.uol.com.br/politica/operacao-lava-jato/457043-palocci-pede-desfiliacao-do-pt-confirma-integra-da-carta/	26/09/2017
Em carta 'dura', Palocci pede desfiliação do PT	Br.noticias.yahoo.com/palocci-pede-desfiliacao-t13923034.html?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2x1LnVzSS8&guce_referrer_sig=A	26/09/2017
Em carta dura, Palocci pede desfiliação do PT	https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/199545-am-carta-dura-palocci-pede-desfiliacao-do-pt.html#YabOA_7MLIU	26/09/2017
Em carta, Palocci pede para sair do PT e ataca Lula	https://www.gazetonline.com.br/noticias/politica/2017/09/am-carta-palocci-pede-para-sair-do-pt-e-ataca-lula-1014101445.html	26/09/2017
Ex-ministro Antônio Palocci escreve carta de desfiliação ao PT e faz duras críticas ao ex-presidente Lula:	https://twitter.com/globonews/status/912849327432830976	26/09/2017
O ex-ministro Antônio Palocci acaba de protocolar junto ao PT sua carta de desfiliação do partido.	https://twitter.com/revistapiami/status/912787648858791936	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT e reage a Lula: 'Somos um partido ou uma seita?'	https://www.fojoemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%AADtica/palocci-pede-desfiliacao-C3%A7%C3%A3o-do-pt-e-reage-a-lula-somos-um-partido-ou-uma-seita-1.562142	26/09/2017
Em carta, Palocci pede desfiliação do PT: "Me vejo em um tribunal inquisitorial no PT"	https://contrapontoms.com.br/2017/09/26/am-carta-palocci-pede-desfiliacao-do-pt-me-vejo-em-um-tribunal-inquisitorial-no-pt/	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT e reage a Lula: 'Somos um partido ou uma seita?'	https://opopular.com.br/noticias/politica/palocci-pede-desfiliacao-C3%A7%C3%A3o-do-pt-e-reage-a-lula-somos-um-partido-ou-uma-seita-1.1356302	26/09/2017
Palocci pede desfiliação do PT: "Somos um partido ou uma seita?"	https://www.jornalnh.com.br/2017/09/noticias/pais/2177419-palocci-pede-desfiliacao-do-pt-somos-um-partido-ou-uma-seita.html	26/09/2017
Em carta, Palocci renuncia ao PT e ataca Lula	https://odrivegostosa.com.br/orlando-brito/am-carta-palocci-renuncia-ao-pt-e-ataca-lula/	26/09/2017
Em carta, Palocci chama Lula de "pretensa divindade"	https://wvstforum.com.br/noticias/am-carta-palocci-chama-lula-de-pretensa-divindade/	26/09/2017
Palocci pede desfiliação em carta duríssima entregue ao PT	https://falandoaverdade.com/palocci-pede-desfiliacao-em-carta-durissima-entregue-ao-pt/	26/09/2017

Tabela 1 - Notícias referentes a Carta de Antônio Palocci